

Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8.d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o conseqüente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Estes eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção “Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Alavancagem financeira e risco de liquidez e continuidade (Notas Explicativas no 1 e no 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros, reconhecidos no passivo circulante e não circulante, era de R\$ 24.198 milhões (controladora) e R\$ 28.091 milhões (consolidado).

Como o principal item da alta alavancagem financeira, os instrumentos financeiros passivos representados por empréstimos, financiamentos e debêntures, há intenção, por parte da Administração (conforme Nota Explicativa nº 1) de reestruturação das dívidas e desalavancagem financeira através da alienação de ativos não estratégicos. Este tema foi, novamente no exercício corrente, considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido sua relevância para a continuidade das operações da Companhia e representatividade das dívidas em relação as demonstrações financeiras como um todo. Adicionalmente, os empréstimos, financiamentos e as debêntures requerem, em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como *covenants* ou outras cláusulas restritivas, cujos eventuais descumprimentos podem trazer distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento das políticas e medidas adotadas pela Administração para gerenciamento e elaboração do fluxo de caixa;
- Discussão com a Administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos implementados pela Administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos, financiamentos e debêntures;

- Testes na movimentação de novas capitalizações e amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante;
- Confirmação dos saldos junto aos credores e agentes fiduciários (circularização);
- Análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de *covenants* e restritivas, de forma a confirmar que a Companhia estava adimplente (e que, em caso de inadimplência, os efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tivessem sido adequadamente registrados);
- Observamos se os critérios para atendimento de normativos contábeis sobre operações descontinuadas e ativos para venda foram observados pela Administração da Companhia;
- Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de empréstimos, financiamentos e debêntures e sua avaliação sobre a continuidade operacional foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto (Nota Explicativa no 8)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”) em 31 de dezembro de 2019, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R\$ 1.460 milhões, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R-1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também efetua sua avaliação, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente utilizando-se o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Sendo assim, este assunto foi novamente considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela Administração relacionados com a análise do valor recuperável;
- Exame da análise preparada pela Administração, com o auxílio de nossos especialistas internos, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da Administração;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;
- Atualização e indagações à Administração da Companhia e aos executivos da TLSA sobre o andamento das tratativas para liberação de recursos financeiros pelos acionistas controladores para a retomada das obras e da liberação dos recursos previstos junto aos órgãos e empresas relacionadas ao Governo Federal;

- Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da Administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Realização de tributos diferidos ativos (Notas explicativas nº 2.t, nº 14.b e nº 14.c)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões temporárias constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções de lucro tributável futuro. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos tributos diferidos ativos reconhecidos no ativo não circulante era de R\$ 3.259 milhões (controladora) e R\$ 3.297 milhões (consolidado).

Como a avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve, entre outras particularidades, o uso de julgamentos críticos, nem sempre objetivos, que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados (como lucros tributáveis, projeções dos fluxos de caixa e eventos econômicos futuros, além das projeções incluírem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, levando-se em conta, volume e preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros), podendo apresentar variações em relação aos dados e valores reais realizados.

Sendo assim, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela Administração relacionados com a análise do valor recuperável dos tributos diferidos ativos;
- Exame da análise preparada pela Administração, com o auxílio de nossos especialistas internos, a fim de avaliar a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testar a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros e de fluxos de caixa, mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva e premissas e dados de mercado;
- Discussão com a Administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;
- Exame, com o apoio de nossos especialistas em tributos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes;
- Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos tributos diferidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicional (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas à procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se conclirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2020

Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.088.955	2.248.004	392.107	539.853
Aplicações Financeiras	4	2.633.173	895.713	2.596.424	882.997
Contas a receber	5	2.047.931	2.078.182	1.691.643	1.965.817
Estoques	6	5.282.750	5.039.560	3.736.716	3.662.466
Outros ativos circulantes	7	1.672.996	1.753.024	1.302.976	1.617.555
Total do ativo circulante		12.725.805	12.014.483	9.719.866	8.668.688
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações Financeiras	4	95.719	7.772	95.719	
Tributos diferidos	14	2.473.304	89.394	2.435.551	
Outros ativos não circulantes	7	5.057.554	4.285.223	4.843.062	4.002.570
		7.626.577	4.382.389	7.374.332	4.002.570
Investimentos	8	3.584.169	5.630.613	17.402.191	20.232.005
Imobilizado	9	19.700.944	18.046.864	10.266.084	9.562.973
Intangível	10	7.231.781	7.253.175	52.138	49.613
Total do ativo não circulante		38.143.471	35.313.041	35.094.745	33.847.161
TOTAL DO ATIVO		50.869.276	47.327.524	44.814.611	42.515.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas		317.510	248.185	170.792	135.255
Fornecedores		3.012.654	3.408.056	2.506.244	2.655.091
Obrigações fiscais		541.027	251.746	78.911	116.336
Empréstimos e financiamentos	11	5.125.843	5.653.439	4.396.840	6.474.388
Outras obrigações	13	2.526.444	1.770.623	2.019.788	1.745.304
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	96.479	106.503	52.016	64.856
Total do passivo circulante		11.619.957	11.438.552	9.224.591	11.191.230
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	22.841.193	23.173.635	19.702.620	17.687.208
Outras obrigações	13	2.493.702	227.328	356.942	24.024
Tributos diferidos	14	589.539	601.731		17.434
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	526.768	685.953	370.703	538.077
Plano de pensão e saúde	26	912.184	905.119	912.184	905.119
Provisões para passivos ambientais e desativação	17	524.001	281.766	164.464	191.884
Provisão para perdas em investimentos	8			3.908.563	3.258.138
Total do passivo não circulante		27.887.387	25.875.532	25.415.476	22.621.884
Patrimônio líquido					
	19				
Capital social integralizado		4.540.000	4.540.000	4.540.000	4.540.000
Reservas de capital		32.720	32.720	32.720	32.720
Reservas de lucros		4.431.200	3.064.827	4.431.200	3.064.827
Outros resultados abrangentes		1.170.624	1.065.188	1.170.624	1.065.188
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		10.174.544	8.702.735	10.174.544	8.702.735
Participação acionistas não controladores		1.187.388	1.310.705		
Total do patrimônio líquido		11.361.932	10.013.440	10.174.544	8.702.735
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.869.276	47.327.524	44.814.611	42.515.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)



Companhia Siderúrgica Nacional

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida	21	25.436.417	22.968.885	11.601.406	12.802.755
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	(17.263.264)	(16.105.657)	(11.285.668)	(10.320.367)
Lucro Bruto		8.173.153	6.863.228	315.738	2.482.388
Receitas (Despesas) Operacionais		(4.631.236)	83.332	363.304	3.190.822
Despesas com vendas	22	(2.342.805)	(2.263.688)	(542.393)	(645.928)
Despesas gerais e administrativas	22	(511.065)	(494.023)	(257.113)	(241.887)
Resultado da equivalência patrimonial	8.b	125.715	135.706	2.720.437	816.632
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	23	(1.903.081)	2.705.337	(1.557.627)	3.262.005
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		3.541.917	6.946.560	679.042	5.673.210
Resultado financeiro líquido	24	(2.131.184)	(1.495.643)	(1.367.202)	(897.645)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.410.733	5.450.917	(688.160)	4.775.565
Imposto de renda e contribuição social	14	833.778	(250.334)	2.477.227	298.571
Lucro Líquido do Exercício		2.244.511	5.200.583	1.789.067	5.074.136
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		1.789.067	5.074.136	1.789.067	5.074.136
Participação dos acionistas não controladores		455.444	126.447		
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	19	1,29632	3,69498	1,29632	3,69498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício	2.244.511	5.200.583	1.789.067	5.074.136
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	424	903	(1.663)	(997)
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(113.518)	413	(111.532)	2.313
	(113.094)	1.316	(113.195)	1.316
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	32.922	(87.101)	32.922	(87.101)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.559.680)		(1.559.680)
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	(2.288)	(105)	(2.288)	(105)
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa	(604.828)	(1.415.962)	(604.828)	(1.415.962)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado	790.353	370.191	790.353	370.191
(Perda)/ganho <i>hedge</i> de investimentos reflexo de investimentos em controladas			2.472	(21.852)
(Perda)/ganho <i>hedge</i> de investimento líquido no exterior	2.472	(21.852)		
(Perda)/Ganho Combinação de Negócios		(651)		(651)
	218.631	(2.715.160)	218.631	(2.715.160)
	105.537	(2.713.844)	105.436	(2.713.844)
Resultado Abrangente Total do Exercício	2.350.048	2.486.739	1.894.503	2.360.292
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	1.894.503	2.360.292	1.894.503	2.360.292
Participação dos acionistas não controladores	455.545	126.447		
	2.350.048	2.486.739	1.894.503	2.360.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Reserva de capital		Reservas de lucros			Resultados Abrangentes							Total do Patrimônio Líquido	Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado		
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estatutária	Ações em tesouraria	Total	Lucros Acumulados	Ajustes acumulados de conversão	(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	(Perda)/Ganho Hedge de Fluxo de Caixa	(Perda)/Ganho Hedge de Investimentos				Combinação Negócios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.540.000	30		238.976	(238.976)		(1.291.689)	98.474	(394.619)	(67.661)	(395.524)	17.911	2.960.771	3.779.032	7.027.373	1.260.856	8.288.229
Lucro do exercício							5.074.136								5.074.136	126.447	5.200.583
Resultados abrangentes, líquidos de impostos																	
Resultado abrangente do exercício							5.074.136	(87.101)	1.316	(105)	(1.045.771)	(21.852)	(651)	(2.713.844)	2.360.292	126.447	2.486.739
Lucro na alienação de ações		32.690													32.690		32.690
Venda de ações em tesouraria						180.712									180.712		180.712
Destinações:																	
Dividendos (R\$654,16 por lote de mil ações)								(898.332)							(898.332)		(898.332)
Constituição de reserva legal								189.122							189.122		189.122
Reserva estatutária de capital de giro			189.122					(189.122)									
Participação dos não controladores				2.694.993				2.694.993									2.694.993
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.540.000	32.720	189.122	2.933.969	(58.264)	3.064.827		11.373	(393.303)	(67.766)	(1.441.295)	(3.941)	2.960.120	1.065.188	8.702.735	1.310.705	10.013.440
Lucro do exercício							1.789.067								1.789.067	455.444	2.244.511
Resultados abrangentes, líquidos de impostos																	
Resultado abrangente do exercício							1.789.067	32.922	(113.195)	(2.298)	185.525	2.472	105.436	1.894.503	101	455.545	2.350.048
Destinações:																	
Dividendos declarados em 18 de setembro de 2019 (R\$299,00339 por lote de mil ações) e dividendos a pagar								(424.903)							(424.903)	(513.842)	(938.745)
Juros sobre capital próprio																(65.020)	(65.020)
Constituição de reserva legal								89.454							89.454		89.454
Reserva estatutária de capital de giro			89.454					(89.454)									
Reversão por prescrição de Dividendos e juros sobre o capital próprio				1.276.919				1.276.919									1,276,919
								2.209							2.209		2,209
Saldos em 31 de dezembro 2019	4.540.000	32.720	278.576	4.210.888	(58.264)	4.431.200		44.295	(506.498)	(70.054)	(1.255.770)	(1.469)	2.960.120	1.170.624	10.174.544	1.187.388	11.361.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		1.789.067	5.074.136	1.789.067	5.074.136
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		455.444	126.447		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos captados	24	1.879.116	1.938.077	1.348.901	1.524.956
Encargos sobre empréstimos e financiamentos concedidos		(58.728)	(50.239)	(56.253)	(43.963)
Encargos sobre passivo de arrendamento	13.a	52.607		4.785	
Depreciação, exaustão e amortização	22	1.519.331	1.273.021	717.403	586.198
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	(125.715)	(135.706)	(2.720.437)	(816.632)
Tributos diferidos	14	(2.398.400)	(576.895)	(2.452.985)	(509.458)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais		(164.223)	(34.279)	(180.214)	(27.112)
Variações monetárias e cambiais líquidas		853.449	1.002.137	764.983	865.646
Atualização ações - VJR	23	118.780	(1.655.813)	118.780	(1.655.813)
Baixas de imobilizado e intangível		114.603	38.245	90.001	19.280
Provisão passivo atuarial		(20.194)	(20.984)	(19.052)	(13.513)
Provisão (Reversão) para consumo e serviços		(130.339)	55.726	(128.680)	81.354
Provisões passivos ambientais e desativação		17.110	(55.247)	(27.420)	(57.034)
Crédito de PIS e COFINS		(160.609)	(2.208.462)	(116.379)	(2.208.462)
Remissão de dívida intragrupo	23				(1.310.886)
Ganho líquido na alienação de subsidiária no exterior			(1.164.294)		
Acordo contratual	23	(131.817)		(131.817)	
Outras provisões		104.869	(21.877)	35.511	23.622
		3.714.351	3.583.993	(963.806)	1.532.319
Redução (aumento) dos ativos					
Contas a receber - terceiros		49.338	99.223	293.733	21.874
Contas a receber - partes relacionadas		(77.271)	22.071	(36.758)	(74.872)
Estoques		(218.242)	(800.050)	(74.250)	(711.114)
Créditos - partes relacionadas/ Dividendos		99.276	113.800	4.306.373	6.350.877
Tributos a compensar		14.051	238.181	36.652	16.790
Depósitos judiciais		19.312	(7.496)	31.295	4.168
Outros ativos		(273.499)	(75.251)	(224.082)	22.540
		(387.035)	(409.522)	4.332.963	5.630.263
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		(354.288)	925.176	(148.847)	886.725
Fornecedores - Risco Sacaddo		1.055.546	65.766	1.055.546	65.766
Salários e encargos sociais		36.271	(1.100)	35.537	1.481
Tributos / Refis		280.413	(23.806)	(37.623)	31.354
Contas a pagar - partes relacionadas		1.956	129.031	51.811	28.475
Adiantamento de clientes		2.524.826			
Adiantamento - partes relacionadas				402.176	
Juros pagos	11.b	(2.039.112)	(2.141.710)	(1.400.496)	(1.670.988)
Juros recebidos					1.522
Outros passivos		38.951	80.277	60.107	87.814
		1.544.563	(966.366)	18.211	(567.851)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.871.879	2.208.105	3.387.368	6.594.731
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos/AFAC/Aquisições ações		(209.832)	(218.840)	(246.402)	(244.498)
Aquisição Ativo Imobilizado	9 e 29	(2.214.456)	(1.317.102)	(1.347.892)	(630.485)
Recebimento/(pagamento) em operações de derivativos		(230)	(372)		
Aquisição de ativo intangível	10	(1.427)	(2.200)		
Empréstimos concedidos - partes relacionadas		(101.913)	(101.908)	(216.047)	(106.291)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		23.623			8.429
Aplicação financeira, líquido de resgate		289.213	(167.773)	305.473	(166.536)
Caixa recebido pela alienação de ações Usiminas			39.377		39.377
Caixa líquido da aquisição da CBSI		(21.345)		(24.000)	
Caixa líquido recebido com a alienação de subsidiária no exterior			1.670.359		
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.236.367)	(98.459)	(1.528.868)	(1.100.004)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações Empréstimos e financiamentos	11.b e 29	10.068.627	2.143.679	3.448.534	600.364
Captações empréstimos e financiamentos - partes relacionadas				3.350.149	
Custo de Captação de empréstimos		(67.362)	(92.287)	(38.377)	(63.935)
Amortização empréstimos - principal	11.b	(11.775.093)	(5.019.978)	(6.127.733)	(2.675.163)
Amortização empréstimos principal - partes relacionadas	11.b			(1.303.443)	(3.423.046)
Amortização de arrendamento		(94.727)		(25.393)	
Alienação ações em tesouraria			213.402		213.402
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.920.309)	(502.002)	(1.309.983)	
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.788.864)	(3.257.186)	(2.006.246)	(5.348.378)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES		(5.697)	(16.028)		
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.159.049)	(1.163.568)	(147.746)	146.349
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.248.004	3.411.572	539.853	393.504
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.088.955	2.248.004	392.107	539.853
Informações adicionais aos fluxos de caixa:					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.167.419)	336.962		

COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)



	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		28.701.852	29.144.363	14.597.894	18.845.223
Vendas mercadorias, produtos e serviços		28.557.923	26.335.609	14.496.929	15.914.458
Outras receitas/(despesas)		151.625	2.853.361	91.357	2.967.228
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa		(7.696)	(44.607)	9.608	(36.463)
Insumos adquiridos de terceiros		(20.043.617)	(17.620.827)	(13.783.622)	(11.455.064)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(15.273.523)	(14.829.430)	(11.755.635)	(11.078.146)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.631.026)	(2.655.691)	(1.985.476)	(315.864)
(Perda)/recuperação de valores ativos		(139.068)	(135.706)	(42.511)	(61.054)
Valor adicionado bruto		8.658.235	11.523.536	814.272	7.390.159
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	22	(1.519.331)	(1.273.021)	(717.403)	(586.198)
Valor adicionado líquido produzido		7.138.904	10.250.515	96.869	6.803.961
Valor adicionado recebido em transferência		700.453	1.600.820	3.126.070	2.265.551
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	125.715	135.706	2.720.437	816.632
Receitas financeiras	24	379.042	1.310.514	264.529	1.354.316
Outros e variações cambiais ativas		195.696	154.600	141.104	94.603
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		7.839.357	11.851.335	3.222.939	9.069.512
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		2.659.536	2.297.125	1.367.278	1.240.649
Impostos, taxas e contribuições		211.914	1.383.850	(1.712.568)	418.372
Despesas financeiras, variações cambiais passivas e aluguéis		2.723.396	2.969.777	1.779.162	2.336.355
Dividendos		424.903	898.332	424.903	898.332
Lucro do exercício/Lucros retidos		1.364.164	4.175.804	1.364.164	4.175.804
Participação dos não controladores		455.444	126.447		
Valor adicionado distribuído		7.839.357	11.851.335	3.222.939	9.069.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”), também denominada “Companhia” ou “Controladora”, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3, S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”), localizada no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui atividades comerciais nos Estados Unidos e operações em Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida nos municípios de Congonhas, Ouro Preto e Belo Vale, no Estado de Minas Gerais, pela controlada CSN Mineração S.A. (“CSN Mineração”).

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços pela CSN Mineração à CSN. As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessa matéria-prima é comercializado com controladas e terceiros.

As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É importante reiterar que operar sem a dependência dessas barragens é uma prioridade em nossas atividades minerárias, tendo sido investidos cerca de R\$250 milhões em duas plantas de filtragem de rejeitos, as quais já se encontram em fase de *ramp up* operacional adequando seu funcionamento, identificando e implementando diversas otimizações de processo. Com isso a CSN Mineração passará a processar integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades de minério de ferro. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco.

A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

- **Logística:**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), a Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), sendo que essas duas últimas detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha – Pecém (Malha II), em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luís a Altos, Altos a Fortaleza, Fortaleza a Sousa, Sousa a Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins a Salgueiro, Jorge Lins a Propriá, Paula Cavalcante a Cabedelo, Itabaiana a Macau (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres ("TECON"), e, por meio de sua controlada CSN Mineração, o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No TECON são realizadas movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, carga geral entre outros produtos e no TECAR as atividades operacionais de carga e descarga e embarque de navios de graneis sólidos, armazenamento e distribuição (rodoviário e ferroviário) de carvão, coque, coque de petróleo, clínquer, concentrado de zinco, enxofre, minério de ferro entre outros graneis destinado ao mercado transoceânico, para consumo próprio ou para clientes diversos

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 25 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN.

- **Continuidade Operacional:**

Em 2019 a Companhia amortizou, entre principal e juros, cerca de R\$13,8 bilhões de seus empréstimos e financiamentos. Em 2020 são esperados pagamentos de empréstimos, que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam aproximadamente R\$6,5 bilhões. A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, sendo os seguintes principais impactos considerados pela Administração:

- Dedicção de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos;
 - Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira;
 - Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira pelas eventuais condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos;
 - Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida;
-

- Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pela administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, a administração tem diversas iniciativas em curso para aumentar a liquidez da Companhia por meio de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos. Este plano foi iniciado em 2015, com a repactuação de R\$2,5 bilhões com a Caixa Econômica Federal e de R\$ 2,2 bilhões com o Banco do Brasil S.A, deslocando os vencimentos de 2016 e 2017 para 2018 a 2022. Em 2016, a Companhia prorrogou parcelas de determinados contratos de NCE no montante de R\$100 milhões e US\$66 milhões de Pré-pagamento junto ao Bradesco, deslocando o vencimento de 2016 para 2019, que foram liquidados durante o referido exercício. Sempre engajada no plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, a administração da Companhia concluiu, em fevereiro de 2018, a rolagem de R\$ 4,98 bilhões da dívida com o Banco do Brasil, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até 2024. Ainda em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), no valor de USD 350 milhões por meio de sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., tendo sido recomprados USD350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em abril 2019, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), no valor de USD 1 bilhão por meio de sua controlada CSN Resources S.A., sendo: USD400 milhões com vencimento em 2023 e USD600 milhões com vencimento em 2026. Promoveu oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., e foram recomprados USD1 bilhão em títulos, cujos vencimentos eram previstos para setembro 2019 e julho 2020, respectivamente. Em julho 2019, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), no valor de USD 175 milhões por meio de sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu o pagamento final da dívida em mercado externo (“Notes”) emitida pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019, no valor de USD142 milhões.

Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não estratégicos. Entretanto, não é possível afirmar que estas vendas ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Com base nas projeções de fluxos de caixa da administração que abrangeram o período operacional até fevereiro de 2021, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 14 - Imposto de renda e contribuição social diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 10.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 12 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”).
- Nota explicativa 16 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 26 - Benefício de aposentadoria;

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 04 de março de 2020.

2.b) Base de apresentação

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

- **Empresas**
-

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)	Participação no capital social (%)		Atividades principais
		31/12/2019	31/12/2018	
Participação direta em controladas: consolidação integral				
CSN Islands VII Corp.	20.001.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	50.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	1.540	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	22.042.688	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A. (*)		100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.	141.719.295	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	42.551.519	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	195.454.162	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Companhia Metalúrgica Prada	445.921.292	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. (1)			99,99	Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários
CSN Mineração S.A.	158.419.480	87,52	87,52	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	43.149	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	486.592.830	92,38	91,69	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99.999	99,99	99,99	Serviços portuários
Aceros México CSN (2)			0,08	Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
CSN Inova Ltd.		100,00	100,00	Assessoria e implementação de novos projetos de desenvolvimento
CSN Equipamentos S.A. (3)	999	99,99		Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (4)	3.752.292	100,00		Prestação de Serviços
Participação indireta em controladas: consolidação integral				
Lusosider Proyectos Siderúrgicos S.A.		100,00	100,00	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.		99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Resources S.A.		100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas		99,99	99,99	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA		99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM		99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thüringen GmbH		100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (*)		100,00	100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited (5)			100,00	Representação Comercial
CSN Mining Holding, S.L		87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining GmbH		87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited		87,52	87,52	Representação comercial
Aceros México CSN (2)			99,92	Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
Lusosider Ibérica S.A.		100,00	100,00	Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias.
CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda.		87,52	87,52	Comercialização e representação de produtos.
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		100,00	100,00	Importação e distribuição/revenda dos produtos
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional				
Itá Energética S.A.	253.606.846	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava		17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A. (6)	63.377.198	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.		31,82	31,82	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (4)			50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A. (7)	24.670.093	47,26	46,30	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A.		16,30	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial				
Avedi Metafer do Brasil S.A.	46.994.971	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 8.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e valor justo por meio do resultado e resultados abrangentes.

1. A CSN Gestão de Recursos Financeiros foi liquidada em 13 de junho de 2019.
2. Em 01 de fevereiro de 2019 foi cancelado o Registro Federal de Contribuinte e, portanto, finalizado o processo de liquidação da empresa Aceros Mexico CSN, contudo, perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a liquidação retroage à 18 de setembro de 2018;
3. Empresa constituída em 22 de Agosto de 2019;
4. Em 29 de novembro de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações, por meio do qual a Companhia Siderúrgica Nacional adquiriu a totalidade da participação que a CKTR Brasil Serviços Ltda detinha na CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura. Com isso, a partir da data mencionada, a CSN passou a deter 100% do capital social da CBSI.
5. Em 06 de agosto de 2019 a CSN Asia Limited foi liquidada;
6. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía diretamente 26.611.282 ações ordinárias, 2.673.312 ações preferenciais Classe A e 34.092.604 ações preferenciais Classe B, totalizando 36.765.916 ações preferenciais da empresa MRS Logística S.A.;

7. Em 10 de maio de 2019, houve a transferência de 501.789 ações do acionista FINOR, todas preferenciais da classe B, para a acionista CSN. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 24.168.304 ações ordinárias, 501.789 ações preferenciais Classe B (em 31 de dezembro 2018 possuía 24.168.304 ações ordinárias e não possuía ações preferenciais).

- **Fundos Exclusivos**

Fundos Exclusivos	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2019	31/12/2018	
Participação direta: consolidação integral			
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados os seguintes procedimentos de consolidação:

- **Transações entre controladas, coligadas, joint-ventures e joint-operations**

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado contratualmente convencionado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais das partes envolvidas.

As operações em conjunto (*joint operations*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente

por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

• **Transações e participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, são apresentados os investimentos em controladas e coligadas contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Em consonância com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2019, US\$1 equivale a R\$4,0307 (R\$3,8748 em 31 de dezembro de 2018) e €\$ 1 equivale a R\$4,5305 (R\$4,4390 em 31 de dezembro de 2018), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

Com a adoção do novo CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou (despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas nas contas de ajuste cumulativo de

conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem-se de terrenos e edificações mantidos para auferir rendas de aluguel e valorização do capital. O método de mensuração utilizado é o do custo de aquisição ou construção reduzido da depreciação acumulada e redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação acumulada é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada das propriedades sujeitas à depreciação conforme Nota 8.g. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil indefinida.

2.j) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.k) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor conforme nota 9. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.1) Arrendamento mercantil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

2.m) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócios é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

2.n) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

2.o) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo

vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. O valor presente dos benefícios econômicos é calculado levando-se em consideração as exigências de custeio aplicáveis aos planos da Companhia. Um benefício econômico está disponível para a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Quando os benefícios se tornam direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.p) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.q) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.r) Reconhecimento de receita

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47/ IFRS 15 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (*Cost and Freight*) e CIF(*Cost, Insurance and Freight*), onde a Companhia é responsável pelo serviço de frete, são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

2.s) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com

base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.u) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.v) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

As obrigações com desativação de ativos A.R.O (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo

acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

2.w) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.y) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 / IFRS 9 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

i. Custo de amortização

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhece suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

ii. Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

iii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivo financeiro ao custo amortizado**

A companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado e contratos de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento, dividendo, arrendamento, forfait, debêntures e fornecedores.

- **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

- **Desreconhecimento Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

- ***Hedge* de fluxo de caixa**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais".

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 12 – Instrumentos Financeiros.

- ***Hedge* de investimento líquido**

A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois, passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidas em Outras Operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da

dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de investimento líquido estão demonstradas na nota 12 – Instrumentos Financeiros.

2.z) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.a.a) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver segurança de que:

- a Companhia irá atender as condições relacionadas à subvenção;
- a subvenção será recebida.

A subvenção deverá ser reconhecida como receita à medida que a Companhia reconhecer os custos objetos de compensação da subvenção.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Sul, Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.a.b) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

2.a.c) Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

2.a.d) Nova norma e interpretação ainda não adotada

A seguinte norma e interpretação foi emitida e será obrigatória para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2020 e 2021 e não teve sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework for Financial Reporting*) define os conceitos fundamentais para relatórios financeiros que orientam os órgãos normatizadores no desenvolvimento das suas normas contábeis.

As alterações propostas visam trazer aos preparadores e usuários das informações contábeis uma melhor compreensão do alcance da aplicação da norma. A Companhia estima que não terá impactos relevantes trazidos pela revisão do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, uma vez que já aplica de forma assídua os conceitos estabelecidos pela norma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	496.769	1.124.714	99.835	37.323
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	69.093	10.247	735	477
Títulos privados	462.831	609.480	291.537	410.036
	531.924	619.727	292.272	410.513
No Exterior:				
Títulos privados	60.262	503.563		92.017
Total das Aplicações Financeiras	592.186	1.123.290	292.272	502.530
Caixa e equivalentes de caixa	1.088.955	2.248.004	392.107	539.853

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. A Companhia aplica parte dos recursos através dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os fundos são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e é remunerada a taxas pré-fixadas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado				Controladora		
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
CDB - Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	481.409	882.376			481.409	882.376	
Títulos públicos ⁽²⁾	37.144	13.337			395	621	
Time Deposit ⁽³⁾				7.772			
Ações Usiminas ⁽⁴⁾	2.114.620				2.114.620		
Bonds ⁽⁵⁾			95.719				95.719
	2.633.173	895.713	95.719	7.772	2.596.424	882.997	95.719

(1) Aplicação financeira com modalidade restrito e vinculada em Certificado de Depósito Bancário para garantia de carta fiança junto a instituições financeiras.

(2) Aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos.

(3) Em 31 de dezembro de 2019 foi resgatada integralmente a aplicação financeira em Time Deposit em custódia para cobertura de despesas adicionais da alienação da CSN LLC.

(4) Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento da Usiminas para o ativo circulante (vide nota 8.f e 12.II), sendo que parte das ações garante uma parcela da dívida da Companhia.

(5) Bonds junto ao banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.118.632	1.369.396	852.434	1.094.323
Mercado externo	1.003.905	852.821	62.833	141.484
	2.122.537	2.222.217	915.267	1.235.807
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(245.194)	(237.352)	(167.247)	(176.855)
	1.877.343	1.984.865	748.020	1.058.952
Partes Relacionadas (nota 18 b)	170.588	93.317	943.623	906.865
	2.047.931	2.078.182	1.691.643	1.965.817

A Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Em 31 de dezembro de 2019 essa operação no Consolidado totaliza um montante de R\$ 51.161 (R\$46.210 em 31 de dezembro de 2018) e na Controladora R\$ 47.994 (R\$40.849 em 31 de dezembro de 2018).

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	1.739.746	1.514.847	731.377	758.433
Vencidos até 30 dias	132.845	177.287	9.089	48.705
Vencidos até 180 dias	23.877	47.684	6.684	8.361
Vencidos acima de 180 dias	226.069	482.399	168.117	420.308
	2.122.537	2.222.217	915.267	1.235.807

As movimentações nas perdas de crédito de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(237.352)	(191.979)	(176.855)	(140.392)
Perdas de crédito esperadas	(43.313)	(53.706)	(18.540)	(39.042)
Recuperação de créditos	35.471	8.333	28.148	2.579
Saldo final	(245.194)	(237.352)	(167.247)	(176.855)

6. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	1.691.842	1.501.969	1.141.385	951.529
Produtos em elaboração	1.294.369	1.217.611	1.081.050	959.414
Matérias-primas	1.493.129	1.584.140	1.021.350	1.273.029
Almoxarifado	902.135	857.402	502.591	495.385
Adiantamento a fornecedores	35.828	36.192	31.541	28.185
(-) Perdas estimadas	(134.553)	(157.754)	(41.201)	(45.076)
	5.282.750	5.039.560	3.736.716	3.662.466

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(157.754)	(135.840)	(45.076)	(51.968)
(Perdas estimadas)/Reversão de estoques de baixa rotatividade e obsolescência	23.201	(21.914)	3.875	6.892
Saldo final	(134.553)	(157.754)	(41.201)	(45.076)

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais (nota 16)			328.371	347.950			224.300	255.595
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾			46.774	46.774			46.774	46.774
Tributos a recuperar ⁽²⁾	1.282.415	1.412.335	2.119.940	1.822.388	1.129.584	1.265.003	1.907.420	1.692.274
Despesas antecipadas	107.428	49.830	126.213	49.808	82.664	25.716	110.099	34.450
Despesa com frete ⁽³⁾	96.305	117.156				2.357		
Ativo atuarial - partes relacionadas (nota 18 b)			13.714	99.894				85.415
Instrumentos financeiros derivativos (nota 12 I)	1.364	351	4.203				4.203	
Títulos para negociação (nota 12 I)	4.034	4.503			3.875	4.352		
Estoque minério de ferro ⁽⁴⁾			144.499	144.499				
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			199	26.598			199	26.598
Empréstimos com partes relacionadas (nota 18 b e 12 I)		2.675	846.300	706.605		22.807	883.394	588.285
Outros créditos com partes relacionadas (nota 18 b)	1.830	3.649	428.672	218.840	14.770	15.395	674.800	458.177
Outros títulos a receber (nota 12 I)			7.059	7.451			1.109	1.213
Empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 12 I) ⁽⁵⁾			845.284	813.428			844.438	812.803
Dividendos a receber (nota 18 b)	44.554	46.171			33.447	259.186		
Débitos de empregados	33.045	31.645			20.657	19.684		
Outros	102.021	84.709	146.326	988	17.979	3.055	146.326	986
	1.672.996	1.753.024	5.057.554	4.285.223	1.302.976	1.617.555	4.843.062	4.002.570

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009.

2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS, ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo sido confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos em decorrência da base de PIS e COFINS estar majorada pela inclusão do ICMS no período de 2001 a 2014.
3. Refere-se a pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas.
4. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o *Pellet Feed* com expectativa de início de realização prevista a partir do 2º semestre de 2021.
5. Trata-se principalmente de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irrevogável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Além deste valor já contabilizado, a Companhia continua buscando alternativas para a recuperação de créditos adicionais cuja estimativa pode atingir um valor superior a R\$350 milhões.

8. INVESTIMENTOS

• Plano de desalavancagem

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados no plano. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

8.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Empresas	31/12/2019					31/12/2018				
	Participação no					Participação no				
	Ativo	Passivo	Patrimônio	Fair	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio	Fair	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
			Líquido	Value				Líquido	Value	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial										
Controladas										
CSN Islands VII Corp.	361.540	2.208.748	(1847.208)		(98.112)	338.645	1.987.741	(1.649.096)		(1.470.943)
CSN Islands XI Corp.	3.997.823	4.232.102	(234.279)		(102.641)	2.178.010	2.309.647	(131.637)		(89.133)
CSN Islands XII Corp.	2.219.057	4.036.189	(1817.132)		(339.727)	2.402.671	3.880.076	(1.477.405)		(331.582)
CSN Steel S.L.U.	3.642.029	135.672	3.506.357		(49.406)	3.763.095	242.722	3.520.373		1793.490
Sepetiba Tecon S.A.	719.750	406.738	313.012		(4.422)	480.459	163.026	317.433		23.853
Minérios Nacional S.A.	141.442	52.275	89.167		17.495	110.446	38.774	71.672		(13.819)
Valor Justo - Minérios Nacional			2.123.507					2.123.507		
Estanho de Rondônia S.A.	49.860	59.804	(9.944)		(14.685)	48.181	45.207	2.974		(1.998)
Companhia Metalúrgica Prada	735.887	589.658	146.229		60.662	644.954	559.386	85.568		(84.265)
CSN Mineração S.A.	13.888.599	5.698.541	8.190.058		3.207.097	13.235.705	4.190.564	9.045.141		929.358
CSN Energia S.A.	98.866	37.306	61.560		12.854	138.644	45.778	92.866		54.596
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	500.984	247.780	253.204		(54.576)	403.623	123.220	280.403		(33.626)
Companhia Florestal do Brasil	52.939	19.586	33.353		(533)	34.990	1.604,0	33.386		(556)
Nordeste Logística	82	60	22		(7)	85	56	29		4
CSN Equipamentos S. A.	1		1							
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	82.332	70.942	11.390		7.422					
Ágio - CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura			15.225							
	26.491.191	17.795.401	10.834.522		2.541.421	23.779.508	13.587.801	12.315.214		775.379
Joint-venture e Joint-operation										
Itá Energética S.A.	259.777	16.255	243.522		5.995	258.835	16.288	242.547		9.188
MRS Logística S.A.	2.073.125	1.308.439	764.686		93.822	1.563.350	846.813	716.537		97.226
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura						25.941	19.997	5.944		4.501
Transnordestina Logística S.A. (*)	4.398.434	3.209.378	1.189.056	271.116	(17.100)	4.065.604	2.883.851	1.817.53	271.116	(20.429)
	6.731.336	4.534.072	2.197.264	271.116	82.717	5.913.730	3.766.949	2.146.781	271.116	90.486
Coligada										
Arvedi Metafer do Brasil	44.435	317,2	12.723		(1.682)	40.712	26.308	14.404		(5.087)
	44.435	317,12	12.723		(1.682)	40.712	26.308	14.404		(5.087)
Classificados como valor justo através do resultado (nota 12 I)										
Usiminas								2.250.623		
Panatúntica			47.300					28.566		
			47.300					2.279.189		
Outros Investimentos										
Lucros nos estoques de controladas			(18.563)		97.811			(116.375)		(43.903)
Outros			63.538		170			63.538		(243)
			44.975		97.981			(52.837)		(44.146)
Total dos investimentos			13.407.900		2.720.437			16.973.867		816.632
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial										
Investimentos no ativo			17.316.463					20.232.005		
Investimentos com passivo a descoberto			(3.908.563)					(3.258.138)		
			13.407.900					16.973.867		

(*) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Fair Value gerado na perda do controle da Transnordestina Logística S.A. é de R\$659.105 e impairment de R\$387.989.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/(prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

8.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial dos investimentos	5.630.613	5.499.995	20.232.005	22.894.885
Saldo inicial de provisão para perdas			(3.258.138)	(1.366.480)
Aumento de capital / Aquisições de ações	27.909		66.621	81.594
Dividendos ⁽¹⁾	(94.603)	(87.846)	(4.166.291)	(5.529.277)
Resultados abrangentes ⁽²⁾	(2.592)	272	31.441	15.186
Resultado equivalência patrimonial ⁽³⁾	175.524	173.145	2.720.437	816.632
Venda ações Usiminas		(39.377)		(39.377)
Atualização de ações VJR (nota 12 II)	(118.780)	96.133	(118.780)	96.133
Reclassificação ações Usiminas	(2.114.620)		(2.114.620)	
Ágio Aquisição 50% CBSI (nota 8 d)			15.225	
Consolidação CBSI (nota 8 d)	(8.775)			
Amortização valor justo - Investimento MRS	(11.747)	(11.746)		
Outros	45	37		4.571
Saldo dos investimentos	3.482.974	5.630.613	17.316.463	20.232.005
Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto			(3.908.563)	(3.258.138)
Total	3.482.974	5.630.613	13.407.900	16.973.867

- Em 2019 refere-se à destinação de dividendos da Itá Energética, CSN Energia, CSN Mineração, Sepetiba Tecon, CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura e da joint-venture MRS Logística.
- Refere-se a conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
- A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
MRS Logística S.A.	187.597	194.403
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ⁽¹⁾	6.695	4.501
Transnordestina Logística S.A.	(17.100)	(20.429)
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	(1.682)	(5.087)
Outros	14	(243)
	175.524	173.145
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(57.908)	(42.806)
Para Impostos	19.689	14.554
Outros		
Amortização Valor Justo - Invest. MRS	(11.747)	(11.746)
Outros	157	2.559
Resultado de equivalência ajustado	125.715	135.706

(1) Refere-se ao resultado de equivalência até 30 de novembro de 2019.

8.c) Informações adicionais sobre empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os

serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviços de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do procedimento licitatório, tendo celebrado o contrato de arrendamento em 23 de outubro de 1998 para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período.

Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e benefícios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. (“ERSA”)

Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste/RO e outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico, que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA (“Prada”)

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (“FTL”)

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís e Altos, Altos e Fortaleza, Fortaleza e Sousa, Sousa e Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins e Salgueiro, Jorge Lins e Propriá, Paula Cavalcante e Cabedelo (Ramal de Cabedelo) e Itabaiana e Macau (Ramal de Macau) (“Malha I”)

Em 13 de novembro de 2019, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 27.670, passando sua participação no capital social da FTL de 91,69% para 92,38%. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos acionistas, a Companhia registrou uma perda no montante de R\$293, registrada no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”

- CSN MINERAÇÃO S.A. (“CSN Mineração”)

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%.

- MINÉRIOS NACIONAL S.A. (“Minérios Nacional”)

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, todas em Minas Gerais transferidos para essa controlada na operação de combinação de negócios ocorrido em 2015.

8.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

Participação (%)	31/12/2019			31/12/2018			
	Joint-Venture		Joint-Operation	Joint-Venture			Joint-Operation
	MRS Logística	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	47,26%	48,75%	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%
Balanço Patrimonial							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	670.296	17.166	65.793	345.962	2.091	19.234	29.870
Adiantamento a fornecedores	20.100	3.240	363	17.750	73	1.734	937
Outros ativos circulantes	1.326.281	59.405	15.955	736.768	41.284	108.851	16.718
Total ativo circulante	2.016.677	79.811	82.111	1.100.480	43.448	129.819	47.525
Ativo não circulante							
Outros ativos não circulantes	789.562	258.391	24.361	804.570	2.111	222.630	25.840
Investimentos, Imobilizado e Intangível	8.316.033	8.968.447	426.403	6.482.292	6.324	8.428.567	457.578
Total ativo não circulante	9.105.595	9.226.838	450.764	7.286.862	8.435	8.651.197	483.418
Total do Ativo	11.122.272	9.306.649	532.875	8.387.342	51.883	8.781.016	530.943
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos	653.784	103.877		422.793	4.350	75.906	
Arrendamento mercantil	256.034						
Outros passivos circulantes	1.561.684	171.821	16.793	1.368.290	33.844	179.816	18.298
Total passivo circulante	2.471.502	275.698	16.793	1.791.083	38.194	255.722	18.298
Passivo não circulante							
Empréstimos e Financiamentos	2.369.615	6.084.424		2.111.518	1.262	5.754.073	
Arrendamento mercantil	1.650.758						
Outros passivos não circulantes	527.871	430.603	16.550	640.535	539	218.839	15.113
Total passivo não circulante	4.548.244	6.515.027	16.550	2.752.053	1.801	5.972.912	15.113
Patrimônio líquido	4.102.526	2.515.924	499.532	3.844.206	11.888	2.552.382	497.532
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	11.122.272	9.306.649	532.875	8.387.342	51.883	8.781.016	530.943

Participação (%)	01/01/2019 a 30/11/2019			01/01/2019 a 31/12/2019				01/01/2018 a 31/12/2018				
	Joint-Venture		Joint-Operation	Joint-Venture			Joint-Operation	Joint-Venture			Joint-Operation	
	CBSI	MRS Logística	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	47,26%	48,75%		34,94%	50,00%	46,30%	48,75%				
Demonstrações de Resultados												
Receita Líquida	267.436	3.200.809		163.048	3.726.448	166.080		166.358				166.358
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(233.830)	(2.382.828)		(83.129)	(2.476.628)	(142.254)		(77.829)				(77.829)
Lucro Bruto	33.606	817.981		79.919	1.249.820	23.826		88.529				88.529
(Despesas) e Receitas Operacionais	(12.328)	207.840	(18.077)	(62.660)	(313.606)	(10.884)	(18.020)	(60.104)				(60.104)
Resultado Financeiro Líquido	(1.460)	(268.089)	(18.386)	1.183	(151.839)	(179)	(26.103)	(126)				(126)
Lucro antes do IR/CSL	19.818	757.732	(36.463)	18.442	784.375	12.763	(44.123)	28.299				28.299
IR / CSL correntes e diferidos	(6.428)	(254.378)		(6.147)	(262.760)	(3.761)		(9.452)				(9.452)
Lucro líquido/prejuízo do exercício	13.390	503.354	(36.463)	12.295	521.615	9.002	(44.123)	18.847				18.847

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - (“ITASA”)

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar, em regime de concessão, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá ("UHE Itá"), com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão da UHE Itá é compartilhada com a ENGIE Brasil Energia S.A., sendo a participação da CSN de 48,75%.

- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 34,94%.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2019 é de R\$22.441 (R\$23.596 em 31 de dezembro de 2018) e o valor da despesa em 2019 foi de R\$6.497 (R\$5.827 em 2018).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. em 2011 a qual detinha 50% de participação. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- Combinação de Negócios: Aquisição do controle da empresa CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI")

Em 29 de novembro de 2019 a Companhia adquiriu 50% do capital da empresa CBSI, da qual já detinha outros 50%, se tornando o titular de 100% das ações. O valor da transação foi de R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais) por 1.875.146 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil e cento e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As partes envolvidas reconhecem que o preço foi estabelecido levando em conta os passivos, contingências, ativos e resultados, passados e futuros, da CBSI, e que não caberá pedido de indenização suplementar a qualquer das partes a qualquer tempo em relação ao valor da transação.

Os valores de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos não divergem dos valores contábeis na data da aquisição.

Determinação do preço de compra:

Descrição	R\$	Referência
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	8.775	(i)
Montante pago na aquisição da CBSI	24.000	(ii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios	32.775	

- i. 50% da participação detida anteriormente à aquisição;
- ii. Valor total pago por mais 50% da empresa CBSI.

De acordo com o CPC 15 – Combinação de Negócios, a participação detida pela Companhia faz parte da contraprestação transferida.

Abaixo são apresentados os valores resultantes da combinação de negócios:

Premissas	R\$
Contraprestação paga para aquisição de outros 50% da CBSI	24.000
Valor justo da participação detida anteriormente pela CSN	8.775
Contraprestação total paga pela aquisição da CBSI	32.775
Valor justo do patrimônio líquido da CBSI na data de aquisição	(17.550)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	15.225

O goodwill é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos. O mesmo encontra-se alocado em conta separada nas demonstrações financeiras individuais no grupo de investimentos e no grupo de intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

A seguir é apresentado o Balanço Patrimonial dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 29 de novembro de 2019:

ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	2.656
Contas a receber	67.340
Impostos diferidos	476
Outros ativos	11.301
Estoques	16.939
Imobilizado	9.123
Intangível	348
Total dos ativos adquiridos	108.183
PASSIVO	
Empréstimos e financiamentos	19.781
Fornecedores	15.564
Obrigações sociais e trabalhistas	32.855
Obrigações fiscais	1.950
Provisões	5.369
Outras obrigações	15.114
Total dos passivos assumidos	90.633
Patrimônio líquido adquirido	17.550

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (“TLSA”)

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha – Pecém (Malha II).

Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis, conforme descrito no item 27.b. Sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

No decorrer do ano de 2017, os demais acionistas da TLSA subscreveram 2.912.997 ações no montante de R\$153.253, diluindo a participação da CSN no capital social da TLSA para 46,30%. Em decorrência das operações descritas acima e da variação na participação dos sócios no capital social da TLSA em 2017, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$2.814 registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Em maio de 2019 o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR transferiu para a CSN, BNDES e BNDESPAR, 1.677.816 (um milhão seiscentas e setenta e sete mil e oitocentas e dezesseis) ações preferencias nominativas classe “B, das quais 501.789 (quinhentas e uma mil, setecentas e oitenta e nove) ações foram transferidas especificamente para a CSN. Em 31/12/2019, a participação da Companhia no capital da TLSA é de 47,26% do capital total e de 92,60% do capital votante.

A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, conforme descrito no item 27.b, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Neste sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLSA adotou as seguintes principais premissas:

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão.
Taxa de desconto	Varia de 5,09% a 6,98% em termos reais

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como:

- O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA;
- O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas;
- Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e
- Esse Ke extraído foi aquele calculado na “rolling WACC” da TLSA.

Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela administração da CSN é o

mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo.

Como resultado do teste efetuado, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* desse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

8.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (“SWT”)

A SWT foi constituída a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U. após fusão, anteriormente CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

Em 05 de junho de 2018 a CSN LLC teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Processing, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC”, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. (“SDI”) pelo preço base de transação de US\$ 400 milhões.

A nova “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC” é uma importadora e comercializadora de produtos de aço e mantém suas atividades nos Estados Unidos.

- LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. (“Lusosider”)

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

8.f) Outros investimentos

- PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado a valor justo através do resultado.

A Companhia detém atualmente 11,31% (11,33% em 31 de dezembro de 2018) do capital social total da Panatlântica.

- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”)

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição

localizados em várias regiões do país, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

Em fevereiro de 2018 houve venda de 3.136.100 ações preferenciais (USIM5) detidas pelo fundo exclusivo “VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado”, totalizando R\$39.377.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro 2018 a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% nas ações preferenciais.

Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento mensurado a valor justo através do resultado para o ativo circulante mediante nova decisão da administração em relação a manutenção das ações alinhada à sua estratégia de venda de ativos.

A USIMINAS é listada na bolsa de valores de São Paulo (“B3 S.A.”: USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. (“Arvedi”)

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

8.g) Propriedades para investimento:

A Companhia mantém diversas propriedades com a finalidade de utilizá-las em suas operações, seja para expansões industriais, seja para benefícios aos seus funcionários e às comunidades adjacentes às suas plantas industriais.

Durante o exercício de 2019 a Companhia iniciou estudos técnicos para a exploração de atividades imobiliárias visando a auferição de renda e valorização de capital. Já visando a implantação dessas atividades, durante o exercício de 2019 alguns terrenos e edificações que estavam classificados como imobilizado foram reclassificados para propriedades para investimento conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			Controladora		
	Terrenos	Edificações	Total	Terrenos	Edificações	Total
Custo	68.877	53.816	122.693	65.698	41.528	107.226
Depreciação acumulada		(21.498)	(21.498)		(21.498)	(21.498)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.877	32.318	101.195	65.698	20.030	85.728

Em 31 de dezembro de 2019 a administração da Companhia estimou o valor justo das propriedades para investimentos em R\$ 1,7 Bilhão.

9. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento (ii)	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	287.854	2.678.638	11.687.271	30.530	3.282.436		80.135	18.046.864
Custo	287.854	3.751.429	22.426.782	165.331	3.282.436		355.768	30.269.600
Depreciação acumulada		(1.072.791)	(10.739.511)	(134.801)			(275.633)	(12.222.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	287.854	2.678.638	11.687.271	30.530	3.282.436		80.135	18.046.864
Efeito de ajuste de conversão	1.499	2.978	8.033	106	2.464		56	15.136
Aquisições	6.125	16.116	459.460	1.763	1.924.520	43.111	41.574	2.492.669
Juros capitalizados (notas 24 e 29)		13			117.176			117.189
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23)	(2.143)	(130)	(80.426)	(1)	(30.400)	(1.354)	(149)	(114.603)
Depreciação (nota 22)		(135.313)	(1.241.026)	(5.999)		(58.843)	(25.038)	(1.466.219)
Transferência entre categorias de ativos	790	294.872	1.766.047	2.629	(2.053.290)		(11.048)	
Transferências para intangível		(31)			(11.865)			(11.896)
Direito de Uso - Reconhecimento Inicial						640.989		640.989
Remensuração do Direito de Uso						(151.558)		(151.558)
Atualização ARO		225.125						225.125
Transferência Imobilizado para PPI	(67.176)	(20.030)			(13.989)			(101.195)
Consolidação CBSI			4.940	(573)			4.756	9.123
Outros			(680)					(680)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	226.949	3.062.238	12.603.619	28.455	3.217.052	472.345	90.286	19.700.944
Custo	226.949	4.250.471	24.372.514	170.229	3.217.052	531.044	386.144	33.154.403
Depreciação acumulada		(1.188.233)	(11.768.895)	(141.774)		(58.699)	(295.858)	(13.453.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	226.949	3.062.238	12.603.619	28.455	3.217.052	472.345	90.286	19.700.944

Controladora

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.107	1.047.334	7.093.263	12.372	1.294.908		19.989	9.562.973
Custo	95.107	1.323.762	13.411.258	97.642	1.294.908		123.104	16.345.781
Depreciação acumulada		(276.428)	(6.317.995)	(85.270)			(103.115)	(6.782.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.107	1.047.334	7.093.263	12.372	1.294.908		19.989	9.562.973
Aquisições	2.165	10.873	252.218	489	1.234.123	20.461	5.028	1.525.357
Juros capitalizados (notas 24 e 29)					27.961			27.961
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23)	(1.954)		(71.686)	(3)	(15.020)	(1.338)		(90.001)
Depreciação (nota 22)		(35.732)	(647.336)	(2.379)		(22.396)	(3.966)	(711.809)
Transferências entre categorias de ativos	788	21.009	969.835	(6)	(995.276)		3.650	
Transferência para intangível					(10.115)			(10,115)
Direito de Uso - Reconhecimento Inicial						61.072		61,072
Remensuração do Direito de Uso						(13,626)		(13,626)
Transferência Imobilizado para PPI	(65,698)	(20,030)						(85,728)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.408	1.023.454	7.596.294	10.473	1.536.581	44.173	24.701	10.266.084
Custo	30.408	1.309.542	14.333.445	98.103	1.536.581	66.435	131.753	17.506.267
Depreciação acumulada		(286,088)	(6.737,151)	(87,630)		(22,262)	(107,052)	(7.240,183)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.408	1.023.454	7.596.294	10.473	1.536.581	44.173	24.701	10.266.084

(*) Referem-se substancialmente no consolidado ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos, minas e dormentes e no grupo benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares.

(i) Direito de uso

Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2019:

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Reconhecimento Inicial - Direito de Uso	556.133	54.513	9.783	20.560	640.989
Adição		6.719	34.197	2.195	43.111
Remensuração	(152.915)	12.112	(4.525)	(6.230)	(151.558)
Depreciação	(21.314)	(9.190)	(15.311)	(13.028)	(58.843)
Baixa	(1.338)			(16)	(1.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380.566	64.154	24.144	3.481	472.345
Custo	401.746	73.344	39.455	16.499	531.044
Depreciação acumulada	(21.180)	(9.190)	(15.311)	(13.018)	(58.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380.566	64.154	24.144	3.481	472.345

Controladora

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Reconhecimento Inicial - Direito de Uso	37.864	9.784	13.424	61.072
Adição		20.461		20.461
Remensuração do Direito de Uso	1.326	(4.526)	(10.426)	(13.626)
Depreciação	(7.707)	(12.139)	(2.550)	(22.396)
Baixa	(1.338)			(1.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.145	13.580	448	44.173
Custo	37.719	25.719	2.997	66.435
Depreciação acumulada	(7.574)	(12.139)	(2.549)	(22.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.145	13.580	448	44.173

(ii) Obras em andamento

A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

Descrição do projeto	Data de início	Data de previsão de conclusão	Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018
Logística				
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			81.944	89.595
			81.944	89.595
Mineração				
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2020	⁽¹⁾ 883.742	844.194
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022	⁽²⁾ 303.965	289.298
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			389.510	725.616
			1.577.217	1.859.108
Siderurgia				
Fornecimento de 16 carros torpedos para operação na Siderurgia.	2008	2020	75.582	94.920
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			⁽³⁾ 811.049	558.922
			886.631	653.842
Cimentos				
Construção das fábricas de cimento.	2011	2023	⁽⁴⁾ 577.712	585.163
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			93.548	94.728
			671.260	679.891
Total Obras em andamento			3.217.052	3.282.436

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

(3) Refere-se substancialmente a modernização tecnológica das máquinas de corrida contínua, aumento de eficiência nas linhas de zincagem e acordo contratual firmado para fornecimento de novos equipamentos;

(4) Refere-se substancialmente aquisições de novas Plantas Integradas de Cimento.

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	38	38	41	41
Máquinas, equipamentos e instalações	21	22	22	24
Móveis e utensílios	12	11	12	11
Outros	14	15	14	13

9.a) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 117.189 no consolidado e R\$ 27.961 na controladora em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018, R\$71.611 no consolidado e R\$16.683 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos da Mineração que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ), vide notas 24 e 29. As taxas dos projetos não específicos em exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é 6,58% (6,31% em 31 de dezembro de 2018).

10. INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora			
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)	Outros	Total	Software	Direitos e Licenças	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.590.931	288.773	54.972	150.009	3.166.999	1.491	7.253.175	49.613		49.613
Custo	3.831.338	573.614	161.067	150.009	3.185.701	1.491	7.903.220	125.768		125.768
Amortização acumulada	(131.077)	(284.841)	(106.095)		(18.702)		(540.715)	(76.155)		(76.155)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.590.931	288.773	54.972	150.009	3.166.999	1.491	7.253.175	49.613		49.613
Efeito de ajuste de conversão		4.711	3	3.092		33	7.839			
Aquisições e gastos			1.387			40	1.427			
Transferência do imobilizado			7.808		4.088		11.896	6.027	4.088	10.115
Amortização (nota 22)		(47.345)	(10.657)		(127)		(58.129)	(7.588)	(2)	(7.590)
Ágio Aquisição 50% CBSI (nota 8 d)	15.225						15.225			
Consolidação CBSI em 30 de novembro			346	2			348			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.606.156	246.139	53.859	153.103	3.170.960	1.564	7.231.781	48.052	4.086	52.138
Custo	3.846.563	585.407	171.152	153.103	3.189.789	1.564	7.947.578	131.795	4.088	135.883
Amortização acumulada	(131.077)	(339.268)	(117.293)		(18.829)		(606.467)	(83.743)	(2)	(83.745)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.606.156	246.139	53.859	153.103	3.170.960	1.564	7.231.781	48.052	4.086	52.138

(*) Composto principalmente por direitos minerários. A amortização é pelo volume de produção.

Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Software	9	7	9	8
Relações com clientes	13	13		

10.a) Teste para verificação de *impairment*

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de *impairment*. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Consolidado					
		Ágio		Marcas		Total	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Embalagens ⁽¹⁾	Siderurgia	158.748	158.748			158.748	158.748
Aços longos ⁽²⁾	Siderurgia	235.595	235.595	153.103	150.009	388.698	385.604
Mineração ⁽³⁾	Mineração	3.196.588	3.196.588			3.196.588	3.196.588
Outros Siderurgia ⁽⁴⁾	Siderurgia	15.225				15.225	
		3.606.156	3.590.931	153.103	150.009	3.759.259	3.740.940

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$109.330, reconhecido em 2011.

(2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

(3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração concluída em dezembro de 2015, testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

(4) Em 29 de novembro de 2019, a CSN adquiriu a totalidade da participação detida pela CKTR Brasil Serviços Ltda., correspondente a 50% das ações da CBSI, passando a deter 100% do capital social da CBSI.

O teste de *impairment* do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo

determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“Capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

	Embalagem	Mineração	Outros Siderurgia	Aços Planos (*)	Logística (**)
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Até 2029 + perpetuidade	Até 2054	Até 2029 + perpetuidade	Até 2029 + perpetuidade	Até 2027
Margem bruta	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado.	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio.	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Sem crescimento.	Sem perpetuidade.	Sem crescimento.	Crescimento de 1,4% a.a. em termos reais atualizada pela inflação de longo prazo de 1,7% a.a. da zona do Euro.	Sem perpetuidade.
Taxa de Desconto	Para embalagem, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em torno de 8% a.a. em termos reais. Para mineração, aços planos e outros siderurgia (CBSI), os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto entre 10% a 12% a.a. em termos nominais. Para logística, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto entre 5,09% até 5,41% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital (“WACC”) que reflete o risco específico de cada segmento.				

(*) referem-se aos ativos da controlada Lusosider, localizados em Portugal. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional desta subsidiária.

(**) referem-se aos ativos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Para a controlada SWT – aços longos, a mensuração do valor recuperável foi baseada no valor justo e classificada como Nível 3, com base nos inputs não observáveis que refletem as premissas que os participantes de mercado utilizariam para precificação, incluindo premissas de risco e taxa de desconto.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por impairment dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contratos de dívida no mercado internacional								
Juros variáveis em US\$								
Pré-Pagamento	1.769.975	1.016.737	2.563.928	3.830.240	1.769.055	1.016.737	2.362.393	3.830.240
Juros fixos em US\$								
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC	(1) 2.047.032	2.490.178	10.177.517	8.613.491	52.986	478.463		
Intercompany					1.549.329	3.053.435	7.344.014	3.612.811
Juros fixos em EUR								
Intercompany					655	16.988	1.241.360	997.809
Outros	223.204	181.056	147.241	106.535				
	4.040.211	3.687.971	12.888.686	12.550.266	3.372.025	4.565.623	10.947.767	8.440.860
Contratos de dívida no Brasil								
Títulos com juros variáveis em R\$								
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	(2) 1.086.985	1.890.451	10.049.783	10.710.678	1.026.230	1.827.769	8.799.642	9.314.315
Títulos com juros fixos em R\$								
Intercompany	25.038				25.038		27.507	
Pré-Pagamento		103.375				103.375		
	1.112.023	1.993.826	10.049.783	10.710.678	1.051.268	1.931.144	8.827.149	9.314.315
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.152.234	5.681.797	22.938.469	23.260.944	4.423.293	6.496.767	19.774.916	17.755.175
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(26.391)	(28.358)	(97.276)	(87.309)	(26.453)	(22.379)	(72.296)	(67.967)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	5.125.843	5.653.439	22.841.193	23.173.635	4.396.840	6.474.388	19.702.620	17.687.208

(1) Em abril de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("Bonds"), no valor de USD 1 bilhão, sendo USD400 milhões com vencimento em fevereiro de 2023 e USD600 milhões com vencimento em abril de 2026, ambos com juros de 7,625% a.a. Entre abril e maio de 2019 a Companhia promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A, tendo sido recomprados USD 1 bilhão em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em julho de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("Bonds"), no valor de US\$ 175 milhões, com vencimento em fevereiro de 2023 e juros de 7,625% a.a. e efetuou o pagamento final da dívida em mercado externo ("Notes"), emitidos pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019 no valor de US\$ 142 milhões.

(2) Em janeiro de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado interno ("Debêntures"), no valor de R\$1.950 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 126,8% do CDI.

Na tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019		31/12/2019	
	Taxa de juros média (i)	Dívida Total	Taxa de juros média (i)	Dívida Total
US\$	6,66%	16.558.452	6,70%	13.077.777
R\$	5,71%	11.161.806	5,67%	9.878.417
EUR	2,20%	370.445	2,20%	1.242.015
		28.090.703		24.198.209

(i) Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2019. Na Controladora considera a taxa de juros dos contratos *intercompany*.

11.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

				Consolidado	Controladora
				31/12/2019	31/12/2019
				Principal	Principal
	Empréstimos Bancários	Mercado de Capitais	Agencia de Desenvolvimento	Total	Total
2021	2.884.003	636.667	55.636	3.576.306	2.956.113
2022	2.700.341	556.666	54.836	3.311.843	6.440.194
2023	2.945.897	4.378.398	53.957	7.378.252	3.247.287
2024	1.575.437		64.746	1.640.183	5.220.555
2025			68.595	68.595	456.969
Após 2025		2.418.420	514.170	2.932.590	1.453.798
Bonds Perpétuos		4.030.700		4.030.700	
	10.105.678	12.020.851	811.940	22.938.469	19.774.916

11.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	28.827.074	29.510.844	24.161.596	29.033.017
Captações ⁽¹⁾	10.149.381	2.154.471	6.798.683	602.110
Amortização principal	(11.775.093)	(5.019.978)	(7.431.176)	(6.098.209)
Pagamentos de encargos	(2.039.112)	(2.141.710)	(1.400.496)	(1.670.988)
Provisão de encargos (nota 24)	1.996.305	2.009.688	1.376.862	1.541.639
Consolidação CBSI em 30 de novembro	19.722			
Baixa - alienação LLC		(10.544)		
Outros ⁽²⁾	788.759	2.324.303	593.991	754.027
Saldo final	27.967.036	28.827.074	24.099.460	24.161.596

- Das captações ocorridas no Consolidado em 2019 R\$ 100.661 (R\$10.792 em 31 de dezembro de 2018) se referem a captação para aquisição de imobilizado – vide nota 29.
- Inclusas variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações e Amortizações

Natureza de captação	Captações	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2019
		Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento	805.288	(1.596.711)	(319.257)
Bonds, Bonds Perpétuos, ACC e Facility	6.616.544	(5.959.029)	(882.007)
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	2.727.549	(4.219.353)	(837.848)
	10.149.381	(11.775.093)	(2.039.112)

• Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores financeiros, além da divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou ainda pagamento de comissão por assunção de risco caso determinados indicadores financeiros atinja os patamares previstos em referidos contratos. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes. No exercício de 2019 a

Companhia possui provisionado no Consolidado e na Controladora R\$10.531 (em 31 de dezembro de 2018 no Consolidado R\$38.134 e na Controladora R\$14.031) de comissão por assunção de riscos.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap* cambial, *swap* de juros e *swap* de commodity.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria de curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

- **Classificação de instrumentos financeiros**
-

Consolidado	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	3		1.088.955	1.088.955		2.248.004	2.248.004
Aplicações financeiras	4		2.633.173	2.633.173		895.713	895.713
Contas a Receber	5		2.047.931	2.047.931		2.078.182	2.078.182
Dividendos a receber	7		44.554	44.554		46.171	46.171
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.364		1.364	351		351
Títulos para negociação	7	4.034		4.034	4.503		4.503
Empréstimos - partes relacionadas	7					2.675	2.675
Total		5.398	5.814.613	5.820.011	4.854	5.270.745	5.275.599
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	4		95.719	95.719		7.772	7.772
Outros títulos a receber	7		7.059	7.059		7.451	7.451
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	7		845.284	845.284		813.428	813.428
Empréstimos - partes relacionadas	7		846.300	846.300		706.605	706.605
Investimentos	8	47.300		47.300	2.279.189		2.279.189
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.203		4.203			
Total		51.503	1.794.362	1.845.865	2.279.189	1.535.256	3.814.445
Total Ativo		56.901	7.608.975	7.665.876	2.284.043	6.806.001	9.090.044
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11		5.152.234	5.152.234		5.681.797	5.681.797
Arrendamento	13.a		35.040	35.040			
Fornecedores			3.012.654	3.012.654		3.408.056	3.408.056
Fornecedores - Risco Sacado	13		1.121.312	1.121.312		65.766	65.766
Dividendos e JCP	13		13.252	13.252		932.005	932.005
Total			9.334.492	9.334.492		10.087.624	10.087.624
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11		22.938.469	22.938.469		23.260.944	23.260.944
Arrendamento	13.a		439.350	439.350			
Total			23.377.819	23.377.819		23.260.944	23.260.944
Total Passivo			32.712.311	32.712.311		33.348.568	33.348.568

Controladora	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	3		392.107	392.107		539.853	539.853
Aplicações financeiras	4		2.596.424	2.596.424		882.997	882.997
Contas a Receber	5		1.691.643	1.691.643		1.965.817	1.965.817
Dividendos a receber	7		33.447	33.447		259.186	259.186
Títulos para negociação	7	3.875		3.875	4.352		4.352
Empréstimos - partes relacionadas	7					22.807	22.807
Total		3.875	4.713.621	4.717.496	4.352	3.670.660	3.675.012
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	4		95.719	95.719			
Outros títulos a receber	7		1.109	1.109		1.213	1.213
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	7		844.438	844.438		812.803	812.803
Empréstimos - partes relacionadas	7		883.394	883.394		588.285	588.285
Investimentos	8	47.300		47.300	2.279.189		2.279.189
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.203		4.203			
Total		51.503	1.824.660	1.876.163	2.279.189	1.402.301	3.681.490
Total Ativo		55.378	6.538.281	6.593.659	2.283.541	5.072.961	7.356.502
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11		4.423.293	4.423.293		6.496.767	6.496.767
Arrendamento	13.a		17.269	17.269			
Fornecedores			2.506.244	2.506.244		2.655.091	2.655.091
Fornecedores - Risco Sacado	13		1.121.312	1.121.312		65.766	65.766
Dividendos e JCP	13		13.252	13.252		900.541	900.541
Total			8.081.370	8.081.370		10.118.165	10.118.165
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11		19.774.916	19.774.916		17.755.175	17.755.175
Arrendamento	13.a		28.671	28.671			
Total			19.803.587	19.803.587		17.755.175	17.755.175
Total Passivo			27.884.957	27.884.957		27.873.340	27.873.340

• Mensuração do valor justo

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Nível 2	Saldos
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		1.364	1.364		351	351
Títulos para negociação	4.034		4.034	4.503		4.503
Não Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Investimentos		47.300	47.300	2.279.189		2.279.189
Instrumentos financeiros derivativos		4.203	4.203			
Total Ativo	51.334	5.567	56.901	2.283.692	351	2.284.043

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos avaliados pelo valor justo por meio do resultado

A Companhia possui ações ordinárias (USIM3), preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”) e ações da Panatlântica S.A. (PATI3) que são designadas como valor justo por meio do resultado.

As ações da Usiminas estão classificadas como ativo circulante em aplicações financeiras e as ações da Panatlântica em ativo não circulante sob a rubrica de investimento. Estão registradas ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado na B3.

De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente na demonstração do resultado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Classe das Ações	31/12/2019				31/12/2018				31/12/2019
	Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Valor Justo por meio do resultado (nota 23)
USIM3	107.156.651	15,19%	9,87	1.057.636	107.156.651	15,19%	11,44	1.225.872	(168.236)
USIM5	111.144.456	29,29%	9,51	1.056.984	111.144.456	29,29%	9,22	1.024.751	32.232
				2.114.620				2.250.623	(136.004)
PATI3	2.065.529	11,31%	22,90	47.300	1.997.642	11,33%	14,30	28.566	17.224
				2.161.920				2.279.189	(118.780)

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado que possuem suas cotações baseado no preço de mercado na B3.

III – Gestão de riscos financeiros:

A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto.

12.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros:

• Risco de taxa de câmbio:

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2019	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	105.485	10.937
Contas a receber	346.264	1.179
Outros Ativos	3.516	5.815
Total Ativo	455.265	17.931
Empréstimos e financiamentos	(4.096.899)	(24.395)
Fornecedores	(69.284)	(10.488)
Outros Passivos	(2.680)	(963)
Total Passivo	(4.168.863)	(35.846)
Exposição bruta	(3.713.598)	(17.915)
<i>Hedge</i> accounting de fluxo de caixa	2.530.713	
Sw ap CDI x Dólar	67.000	
<i>Hedge</i> de investimento líquido no exterior		24.000
Exposição cambial líquida	(1.115.885)	6.085
Bonds Perpétuos	1.000.000	
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	(115.885)	6.085

A CSN utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros da CSN.

- **Risco de taxa de juros:**

Esse risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação.

No item 12.b), demonstramos os derivativos e estratégias de *hedge* para a proteção dos riscos de câmbio.

12.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e hedge accounting de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido no exterior

A CSN utiliza instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

- **Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap cambial CDI x Dólar

A Companhia tem operações com derivativos junto ao Banco Bradesco para proteger sua dívida em NCE captada em setembro de 2019 com vencimento em outubro de 2023 no montante de US\$ 67 milhões (equivalente a R\$ 278 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia.

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Notional	Notional	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2019
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)	
BCP	07/02/2020	Dólar	12.875	51.923	(50.559)	1.364	783
Total swap cambial dólar x euro			12.875	51.923	(50.559)	1.364	783
Bradesco	02/10/2023	Dólar	67.000	298.385	(294.182)	4.203	4.203
Total Swap CDI x dólar			67.000	298.385	(294.182)	4.203	4.203
				350.308	(344.741)	5.567	4.986

- Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado**

Instrumentos	Ativo			Resultado financeiro líquido (nota 24)
	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x euro	1.364		1.364	783
Swap CDI x dólar		4.203	4.203	4.203
	1.364	4.203	5.567	4.986

- Hedge accounting de fluxo de caixa**

A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, estão designados US\$2.530.713 em exportações a serem realizadas entre outubro de 2019 até abril de 2026.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Por meio do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2019:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Parceladas amortizadas (US\$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R\$ mil)	Saldo registrado no patrimônio líquido (R\$ mil)
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2016 a Setembro de 2019	2,4442	500.000	(500.000)	(384.346)	
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019	2,5601	175.000	(175.000)	(23.184)	
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,6805	30.000			(40.506)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,678	35.000			(47.345)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,6760	35.000			(47.409)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,1813	60.000	(15.000)	(11.254)	(38.223)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,2850	100.000	(25.000)	(14.676)	(55.928)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,2850	30.000	(12.000)	(4.315)	(13.423)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000	(40.000)	(13.574)	(42.318)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000	(10.000)	(3.242)	(10.125)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000	(28.000)	(9.077)	(28.350)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000	(12.000)	(3.890)	(12.150)
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000	(12.000)	(4.004)	(11.686)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2018 a Outubro de 2022	3,3940	355.000	(84.091)	(12.990)	(172.488)
02/04/2018	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2018 a Fevereiro de 2023	3,3104	1.170.045	(644.000)	(305.801)	(378.915)
31/07/2019	Bonds e Pré-Pagamentos de Exportação em US\$	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Janeiro de 2020 a Abril de 2026	3,7649	1.342.759			(356.904)
Total						4.087.804	(1.557.091)	(790.353)	(1.255.770)

(*) Em 2019 foi registrado em Outras Operacionais o montante de (R\$790.353). Em 31 de dezembro de 2018, (R\$370.191).

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

	31/12/2018	Movimento	Realização	31/12/2019
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.441.295	604.828	(790.353)	1.255.770
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos	1.441.295	604.828	(790.353)	1.255.770

Em 31 de dezembro de 2019 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

- **Hedge de investimento líquido no exterior**

A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o *hedge* de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 relativo à designação são os seguintes:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	Parcelas amortizadas (US\$ mil)	31/12/2019
							Impacto sobre o patrimônio líquido
30/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	4,0825	120.000	(96.000)	1.469
Total					120.000	(96.000)	1.469

A movimentação dos valores relativos ao *hedge* de investimento líquido registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro 2019 é demonstrada como segue:

	31/12/2018	Movimento	31/12/2019
<i>Hedge</i> de investimento líquido no exterior	3.941	(2.472)	1.469
Valor justo do <i>hedge</i> de investimento líquido	3.941	(2.472)	1.469

Em 31 de dezembro de 2019 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge* foi registrada.

12.c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros.

- **Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada**

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2019.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	Cenário Provável	31/12/2019	
			Cenário 1	Cenário 2
USD	4,0307	4,4946	5,0384	6,0461
EUR	4,5305	5,0038	5,6631	6,7958
USD x EUR	1,1234	1,1122	1,4043	1,6851

Juros	Taxa de juros	31/12/2019	
		Cenário 1	Cenário 2
CDI	4,40%	5,50%	6,60%
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
LIBOR	1,91%	2,39%	2,87%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	31/12/2019	
				Cenário 1	Cenário 2
Hedge accounting de exportação	2.530.713	Dólar	1.173.998	2.550.136	5.100.272
Sw ap CDI x Dólar	67.000	Dólar	31.081	67.514	135.028
Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima)	(3.713.598)	Dólar	(1.722.738)	(3.742.100)	(7.484.200)
Posição cambial consolidada em US\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	(1.115.885)	Dólar	(517.659)	(1.124.450)	(2.248.900)
Hedge de investimento líquido no exterior	24.000	Euro	11.359	27.183	54.366
Posição cambial natural	(17.915)	Euro	(8.479)	(20.291)	(40.582)
Posição cambial consolidada em €\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	6.085	Euro	2.880	6.892	13.784
Sw ap cambial dólar x euro	12.875	Dólar	(1.887)	9.021	15.944

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar – desvalorização do Real em 11,51% / Real x Euro – desvalorização do Real em 10,45%. Euro x Dólar – valorização do Euro em 1,0%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 02/03/2020.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2019.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Consolidado Impacto no resultado	
					Cenário 1	Cenário 2
TJLP	5,57		(870.637)	(2.481)	(12.124)	(24.248)
Libor	1,91		(4.275.363)	(57.620)	(20.438)	(40.876)
CDI	4,40	462.831	(10.148.220)	(28.594)	(106.539)	(213.078)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2019 registrados no ativo e passivo da companhia.

12.d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 11.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros e passivos de arrendamento, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures (nota 11)	5.152.234	6.888.149	9.087.030	6.963.290	28.090.703
Arrendamento (nota 13 a)	35.040	44.873	44.872	349.605	474.390
Fornecedores (nota 12 I)	3.012.654				3.012.654
Fornecedores - Risco Sacado (nota 12 I)	1.121.312				1.121.312
Dividendos e JCP (nota 13)	13.252				13.252

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	4.036.186	3.706.553	3.880.074	2.850.615
Fixed Rate Notes	8.090.297	8.345.471	6.745.132	7.595.765

(*) Fonte: Bloomberg

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

Quanto à exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a Companhia possui um comitê de risco de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio.

• Gestão de Capital

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio (capital próprio)	11.361.932	10.013.440
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	27.967.036	28.827.074
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	2,46	2,88

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos com partes relacionadas (nota 18 b)	46.063	35.499	88.021	96.629	457.577	308.056	318.967	14.501
Dividendos e JCP a pagar (nota 12 I)	13.252	932.005			13.252	900.541		
Adiantamento de clientes ⁽¹⁾	787.604	137.418	1.845.248		72.404	64.416		
Tributos parcelados	19.498	20.179	67.727	73.934	9.777	9.756	1.985	2.378
Participação sobre lucro - empregados	162.866	113.219			111.171	72.555		
Obrigações fiscais			8.805	8.631			7.319	7.145
Provisão para consumo e serviços	204.299	334.638			132.262	260.942		
Materiais terceiros em nosso poder	78.820	45.915			61.976	45.721		
Fornecedores - Risco Sacado ⁽²⁾	1.121.312	65.766			1.121.312	65.766		
Passivos de Arrendamento (nota 13 a)	35.040		439.350		17.269		28.671	
Outras obrigações	57.690	85.984	44.551	48.134	22.788	17.551		
	2.526.444	1.770.623	2.493.702	227.328	2.019.788	1.745.304	356.942	24.024

- Adiantamento Glencore: Em 29 de Março de 2019 a controlada da Companhia, CSN Mineração, recebeu antecipadamente o montante de aproximadamente US\$ 496 milhões (R\$1.951 bilhão) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com a *trader* Suíça Glencore International AG ("Glencore"), a ser executado num prazo de 5 anos. Em 11 de Julho de 2019 a CSN Mineração celebrou um aditivo ao contrato com a Glencore, e recebeu antecipadamente em 05 de Agosto de 2019 o montante de US\$ 250 milhões (R\$956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro.
- Fornecedores – Risco Sacado: A Companhia negociou convênios junto a instituições financeiras, possibilitando aos seus fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias, com o objetivo de alongar os prazos das suas próprias obrigações. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória. A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores.

13.a) PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	Adoção inicial	31/12/2019	Adoção inicial
Arrendamentos	1.501.960	1.533.556	53.279	71.114
AVP - Arrendamentos	(1.027.570)	(892.567)	(7.339)	(10.042)
	474.390	640.989	45.940	61.072
Classificado:				
Circulante	35.040	39.243	17.269	21.390
Não Circulante	439.350	601.746	28.671	39.682
	474.390	640.989	45.940	61.072

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia alterou a política contábil para os contratos de arrendamento.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de Carga – TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de minérios de ferro e o Terminal de Contêineres – TECON, os contratos tem prazo remanescente de 28 e 32 anos respectivamente e contrato de arrendamento para operação ferroviária utilizando a malha do Nordeste com prazo remanescente de 8 anos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades, utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos e vendas, em diversas localidades onde a Companhia opera, com prazos remanescentes de 2, 5 e 16 anos.

A CSN também possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, utilizados nas operações de mineração e na siderurgia, com prazos de 2 a 5 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Cia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais.

A taxa incremental de empréstimos – IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019.

As taxas médias utilizadas para na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso:

Prazo do contrato (em anos)	31/12/2019		
	Incremental - IBR (a.a)		Implícita (a.a)
	BRL	EURO	BRL
1	7,78%	0,52%	
2	8,16%		
3	8,53%		
4	8,90%	1,11%	
5	9,27%		
6		1,24%	
9			6,75%
16	12,25%		
29			8,30%
32			15,22%

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2019	
	Consolidado	Controladora
Saldo inicial líquido	640.989	61.072
Novos arrendamentos (nota 9)	106.584	12.979
AVP Novos arrendamentos (nota 9)	(54.080)	(838)
Revisão de contratos	(175.609)	(5.308)
Baixa	(1.374)	(1.357)
Pagamento	(94.727)	(25.393)
Juros apropriados	52.607	4.785
Saldo inicial líquido	474.390	45.940

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	TOTAL
Arrendamentos	86.062	319.162	1.096.736	1.501.960
AVP- arrendamentos	(51.022)	(229.417)	(747.131)	(1.027.570)
	35.040	89.745	349.605	474.390

- **PIS e COFINS a recuperar**

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	31/12/2019	
	Consolidado	Controladora
Arrendamentos	1.489.789	50.899
AVP- Arrendamentos	(1.026.919)	(6.963)
Potencial credito PIS e COFINS	137.805	4.708
AVP- Potencial credito de PIS e COFINS	(96.461)	(800)

- **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:**

A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A Companhia possui contratos de direito de uso de portos (TECAR) e ferrovia (FTL) que, ainda que estabeleçam desempenhos mínimos, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas.

As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2019	31/12/2019
Contrato inferiores a 12 meses	10.819	-
Ativos de menor valor	3.853	7.464
Pagamentos variáveis de arrendamentos	177.460	21.211
	192.132	28.675

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados.

Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	31/12/2019			
	Consolidado		Controladora	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de leasing	474.390	579.390	45.940	48.515
Direito de uso líquido	472.345	567.905	44.173	45.795
Despesa Financeira	(49.118)	(57.556)	(4.521)	(4.881)
Despesa de Depreciação	(53.826)	(57.356)	(20.400)	(20.992)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.564.622)	(827.229)	24.242	(210.887)
Diferido	2.398.400	576.895	2.452.985	509.458
	833.778	(250.334)	2.477.227	298.571

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) antes do IR e da CSLL	1.410.733	5.450.917	(688.160)	4.775.565
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(479.649)	(1.853.312)	233.974	(1.623.692)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	46.737	50.134	924.949	277.655
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(236.404)	(46.006)		
Ajuste <i>Transfer Price</i>	(18.494)	(74.836)	(11.938)	(53.780)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(21.095)	(27.683)		
Limite de endividamento	(20.393)	(38.486)	(20.393)	(38.486)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	(2.835)	(11.964)		
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	1.530.185	1.807.909	1.530.185	1.807.909
IR/CS sobre lucros no exterior	(14.424)	(30.219)	(14.424)	(28.847)
Incentivos fiscais	39.042	36.710		9.203
IR/CS Diferido sobre variação cambial no patrimônio líquido		(43.667)		(43.667)
IR/CS sobre Juros capital próprio	22.107		(155.083)	
Outras exclusões (adições) permanentes	(10.999)	(18.914)	(10.043)	(7.724)
IR / CSLL no resultado do exercício	833.778	(250.334)	2.477.227	298.571
Alíquota efetiva	-59%	5%	360%	-6%

14.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado				
	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
		31/12/2018	Patrimônio Líquido	Resultado	
Diferido					
Prejuízos fiscais	959.240		651.561	1.610.801	
Bases negativas	367.358		242.688	610.046	
Diferenças temporárias	(1.838.935)	(2.357)	1.504.151	59	
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	334.380		(70.367)	264.013	
- Perdas estimadas em ativos	181.516		915	182.431	
- (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	359.776		54.719	414.495	
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	276.032	38.569		314.601	
- Provisão para consumos e serviços	95.644		36.767	132.411	
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.010.532		170.969	1.181.501	
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)			(92.180)	
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	490.041	(63.080)		426.961	
- Aquisição Fair Value SWT/CBL	(172.114)	(52.071)	39.672	(184.513)	
- IR/CS diferidos não constituídos	(252.940)		(39.021)	(300.819)	
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.086.572)	25.159	1.435.415	(1.625.998)	
- Combinação de negócios	(1.030.812)		7.471	(1.023.341)	
- Consolidação CBSI			(12)	62	
- Outras	47.762	49.066	(132.377)	(3)	
Total	(512.337)	(2.357)	2.398.400	59	
Total Diferido Ativo	89.394			2.473.304	
Total Diferido Passivo	(601.731)			(589.539)	
Total Diferido	(512.337)			1.883.765	

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

	Saldo Inicial 31/12/2018	Movimentação		Controladora
		Patrimônio		Saldo Final
		Líquido	Resultado	31/12/2019
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais	834.141		629.840	1.463.981
Bases negativas	322.283		226.743	549.026
Diferenças temporárias	(1.173.858)		1.596.402	422.544
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	275.288		(82.043)	193.245
- Perdas estimadas em ativos	118.335		1.310	119.645
- (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	359.776		54.719	414.495
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	279.132	37.921		317.053
- Provisão para consumos e serviços	84.509		37.171	121.680
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.014.309		168.744	1.183.053
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)			(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	490.041	(63.080)		426.961
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.086.572)	25.159	1.435.415	(1.625.998)
- Combinação de negócios	(721.992)			(721.992)
- Outras	105.496		(18.914)	86.582
Total	(17.434)		2.452.985	2.435.551
Total Diferido Ativo				3.258.542
Total Diferido Passivo	(17.434)			(822.991)
Total Diferido	(17.434)			2.435.551

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2014 e 2019 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$1.406.562. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R\$453.927. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Ainda, a administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 – “Uncertainties Over Income Tax Treatments” e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL são apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição conforme o quadro abaixo:

Em Milhões de Reais	Consolidado	Controladora
2020	230	230
2021	713	713
2022	938	938
2023	985	985
2024	431	393
Ativo diferido	3.297	3.259
Diferido passivo Controladora	(823)	(823)
Ativo diferido contabilizado líquido	2.474	2.436
Diferido passivo das subsidiárias contabilizado	(590)	
Ativo diferido líquido	1.884	2.436

14.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	215.306	176.700	217.969	180.048
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	(217.969)	(180.048)	(217.969)	(180.048)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(325.350)	(325.350)	(325.350)	(325.350)
<i>Hedge Accounting</i> de fluxo de caixa	426.961	490.041	426.961	490.041
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - <i>hedge</i> fluxo caixa	(426.961)	(490.041)	(426.961)	(490.041)
	(328.013)	(328.698)	(325.350)	(325.350)

Teste de recuperação do IR/CS Diferido Ativo

A administração da Companhia avalia constantemente a capacidade de utilização de seus créditos fiscais. Neste sentido, periodicamente a CSN atualiza o estudo técnico de projeção dos resultados tributáveis futuros para suportar a realização dos créditos fiscais e, conseqüentemente, embasar o reconhecimento contábil dos créditos, a manutenção no balanço ou a constituição de provisão para perda na realização desses créditos.

Esse estudo é preparado no nível da Entidade conforme a legislação tributária brasileira e é realizado considerando as projeções da Controladora, que é a Entidade que gera um montante significativo de créditos fiscais, especialmente de diferenças temporárias. A Controladora abrange os seguintes negócios:

- Aços Brasil (Siderurgia); e
- Cimentos.

O IR/CS diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias refere-se, principalmente, aos itens a seguir:

	Natureza	Breve descrição
	Prejuízos Fiscais	A Companhia incorre em prejuízos fiscais na Controladora em decorrência das despesas financeiras sobre seu endividamento, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos do Grupo CSN. Entretanto, a Controladora apresentou lucro tributável em 2018.
Diferenças Temporárias	Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia opta pela tributação da variação cambial por regime de caixa. Como resultado, os impostos são devidos e as despesas são dedutíveis quando da liquidação do ativo ou passivo subjacente.
	Perda no investimento em ações da Usiminas	As movimentações no investimento em ações da Usiminas são reconhecidas por meio do regime de competência; no entanto, o evento que gera a tributação ou dedutibilidade ocorrerá somente no momento da alienação do investimento.
	Outras provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingências, perda por <i>impairment</i> , provisão para passivos ambientais, etc.

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores:

- Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e;

- Lucro tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias).

Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez.

A deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro ocorrida em anos recentes gerou prejuízos fiscais na CSN, bem como o crescimento da sua alavancagem financeira. Esses dois aspectos combinados culminaram em um desbalanceamento entre o resultado financeiro e operacional na Controladora.

Diante desse contexto, a Companhia trabalha com um plano de negócios que visa o rebalanceamento entre o resultado financeiro e operacional da Controladora, cujas principais medidas são:

- Continuidade dos esforços de desinvestimento;
- Redução da alavancagem financeira;
- Melhoria nos resultados operacionais decorrente de aumento de volume de vendas, melhoria dos preços de seus produtos e maior eficácia no controle dos custos de produção; e
- Reperfilamento do endividamento da Controladora, com negociações para extensão de prazos de amortização e descentralização do endividamento por meio de redirecionamento de contratos para subsidiárias de acordo com a natureza e aplicação dos recursos.

Com a continuidade da execução das medidas acima, a administração da Companhia estima retomar com sustentabilidade altos índices de rentabilidade. Consequentemente, a administração considera que o reconhecimento contábil gradativo de créditos fiscais, utilizando em um primeiro momento um período de projeções inferior a 10 anos, reflete mais adequadamente a expectativa de utilização dos créditos mantidos nos livros fiscais da Companhia. Como resultado do estudo, a Companhia reverteu no exercício de 2019 o montante de R\$2.361.362 de perdas estimadas contabilizadas em anos anteriores totalizando um saldo no ativo fiscal diferido na Controladora de R\$3.258.542 em 31 de dezembro de 2019.

O estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura montam, respectivamente, R\$ 1.465.808 e R\$ 549.683 (R\$ 834.141 e R\$ 322.283 em 31 de dezembro de 2018).

15. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 13, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Refis Federal Lei 11.941/09	12.172	12.100	17.436	18.895	9.173	9.173		
Refis Federal Lei 12.865/13	6.481	6.240	48.306	52.661				
Demais Parcelamentos	845	1.839	1.985	2.378	604	583	1.985	2.378
	19.498	20.179	67.727	73.934	9.777	9.756	1.985	2.378

16. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fiscais	128.411	118.490	31.060	46.321	56.343	48.789	15.227	27.493
Previdenciárias	7.039	70.084		50.898	6.447	67.978		50.898
Trabalhistas	305.309	362.228	227.213	214.625	217.907	277.590	164.580	162.870
Cíveis	138.990	210.264	53.771	22.024	105.464	180.546	42.252	11.871
Ambientais	43.498	31.390	3.731	1.900	36.558	28.030	2.241	1.900
Depósitos Cauçionados			12.596	12.182				563
	623.247	792.456	328.371	347.950	422.719	602.933	224.300	255.595

Classificado:

Circulante	96.479	106.503			52.016	64.856		
Não Circulante	526.768	685.953	328.371	347.950	370.703	538.077	224.300	255.595
	623.247	792.456	328.371	347.950	422.719	602.933	224.300	255.595

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2019 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2018	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2019
Fiscais	118.490	25.019	4.188	(19.286)	128.411
Previdenciárias	70.084	4.386	91	(67.522)	7.039
Trabalhistas	362.228	36.133	59.502	(152.554)	305.309
Cíveis	210.264	65.817	12.465	(149.556)	138.990
Ambientais	31.390	9.629	4.091	(1.612)	43.498
	792.456	140.984	80.337	(390.530)	623.247

Natureza	Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2018	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2019
Fiscais	48.789	22.859	1.361	(16.666)	56.343
Previdenciárias	67.978	3.794	91	(65.416)	6.447
Trabalhistas	277.590	22.119	36.215	(118.017)	217.907
Cíveis	180.546	64.296	3.578	(142.956)	105.464
Ambientais	28.030	6.802	3.315	(1.589)	36.558
	602.933	119.870	44.560	(344.644)	422.719

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) alguns autos de infração de ISS; (ii) divergências entre ICMS apurado e recolhido; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciárias; (iv) Pedidos de compensação não homologados por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2019, em 7.590 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde.

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram. Os principais procedimentos judiciais e administrativos de natureza ambiental encontram-se abaixo listados:

- Em 2018, a Companhia celebrou o TAC 07/2018, que tem por objeto a adoção de melhorias ambientais no âmbito da UPV. As obrigações do TAC 07/2018 estão vinculadas à Autorização Ambiental de Funcionamento (“AAF”) nº IN 002019, com validade até outubro de 2024, que tem por objeto autorizar o regular funcionamento da UPV durante o cumprimento do TAC 07/2018.
 - Em julho de 2012, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ) e o Ministério Público Federal (MPF) ingressaram com ações civis públicas distintas na Justiça Estadual e Federal alegando existência de suposta área contaminada no Condomínio Volta Grande IV. Em face do conflito de competência para julgar as ações, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais ações. Em breve síntese, o MPF sustenta que a Companhia deverá (i) remover todos os resíduos descartados na área utilizada como aterro industrial na cidade de Volta Redonda e (ii) transferir 750 residências localizadas no condomínio Volta Grande IV, também na cidade de Volta Redonda. Referidos pedidos foram negados pelo Tribunal, tendo sido determinado que fosse apresentado um cronograma para investigar a área e, se necessário, para remediar as questões potenciais levantadas pelo MPF. O referido cronograma foi apresentado, apontando a conclusão de todos os estudos relacionados às fases de investigação, incluindo o plano de avaliação e intervenção de risco, que foram concluídos em 30 de abril de 2014. Além disso, há ações de indenizações em trâmite movidas pelos proprietários de casas do condomínio Volta Grande IV, com pedido de ressarcimento pelos supostos danos morais e materiais suportados, ainda não julgadas.
 - Em janeiro de 2014 foi distribuída Ação Anulatória com o objetivo de declarar a nulidade de Auto de Infração lavrado pelo INEA pela suposta contaminação do solo e águas subterrâneas no Condomínio Volta Grande IV. A sanção aplicada foi de multa simples, no valor originário de R\$ 35 milhões. O pedido de suspensão liminar da exigibilidade do débito não foi
-

apreciado, razão pela qual o INEA ajuizou Ação de Execução Fiscal. Por último, por questões prejudiciais externas ao processo de Execução, foi protocolado pedido de suspensão do processo até conclusão da perícia na ACP Volta Grande IV.

- No que diz respeito a outras áreas supostamente contaminadas na cidade de Volta Redonda, o Ministério Público ajuizou outras três ações civis públicas destinadas à remediação ambiental e indenização das áreas denominadas Marcia I, II, III e IV, Wandir I e II e Reciclam. Em relação a área denominada Marcia I, foi encerrada a fase de produção de provas e encontra-se em análise para sentença. As demais encontram-se no estágio inicial e a CSN atualmente está realizando estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais causados pela contaminação do solo, bem como a implementação de ações para cumprir as leis aplicáveis. Uma vez concluídos os estudos, estes serão apresentados e anexados aos respectivos processos.

- Em 2015, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a CSN requerendo a adequação e regularização da emissão de particulados da Usina Presidente Vargas, com a consequente paralisação de suas atividades. De acordo com a Resolução CONAMA nº 436/2011, as empresas teriam até dezembro de 2018 para ajustar a emissão de particulados aos novos padrões legais exigíveis. Este foi compatibilizado junto ao INEA com o cronograma de ações e medidas previstas no TAC 07/2018.

- Em 2016, a CSN foi citada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduos na área denominada "Aterro Panco". Na referida ação, há pedidos para recuperação de áreas degradadas, reparação dos danos à flora e fauna, e à saúde humana, bem como indenização por danos materiais e morais causados ao meio ambiente.

- Em 1988, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a CSN por suposta contaminação ambiental e poluição do Rio Paraíba do Sul, causada supostamente pela atividade industrial na área. Em 1995, o juízo determinou reunião dos processos n.º 15.497; n.º 17.563; n.º 7.304; e, n.º 7.624, face à conexão caracterizada e determinou o apensamento das 4 ações.

O Tribunal Regional Federal da Segunda Região manteve a condenação de primeira instância, reiterando a obrigação de a Companhia compensar os eventuais danos ambientais causados ao ecossistema. A Companhia recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acolheu o recurso e anulou as decisões anteriores, determinando o retorno dos autos à 1ª Instância para retomada do processo.

- Em 2010 foi instaurado um inquérito civil para verificar (i) os requisitos ambientais para o projeto da CSN na cidade de Arcos (fábrica de cimento); (ii) monitoramento e mitigação dos impactos ambientais das atividades produtivas; (iii) conformidade da empresa com as condições de suas respectivas licenças ambientais, incluindo a criação de um museu dentro da estação ecológica de Corumbá e a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e (iv) ações para a preservação do patrimônio cultural e adoção de medidas compensatórias. Em 2 de fevereiro de 2011, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para efetivar o cumprimento das obrigações levantadas pelo Ministério Público. Em dezembro de 2019 foi homologado pelo Conselho do Ministério Público o arquivamento definitivo do TAC e quitação das obrigações, sem o pagamento de multas pela CSN.

- Em 2009 e 2010, foram assinados Termos de Acordos Judiciais (TAJ's) com o Ministério Público Federal buscando a recuperação de passivos ambientais causados pela mineração de carvão na Região Sudeste de Santa Catarina até a década de 1990. Os passivos ambientais abrangidos pelos acordos incluem a restauração de certas áreas degradadas. Em março de 2018, as partes renegociaram um novo acordo, com a extensão do cronograma de obras até 2030, o qual foi homologado judicialmente em 06/06/18. Atualmente a Companhia negocia junto ao MPF a suspensão dos prazos do TAJ para negociação e ajuste das obrigações e medidas compensatórias previstas.

- Em julho de 2018, a Companhia e a empresa Harsco Metals ("Harsco"), empresa prestadora de serviços para CSN, foram citadas em nova ação civil pública proposta conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduo (escória de aciaria) na área denominada "Pátio de Beneficiamento de Escória". Foi proferida decisão liminar que estabeleceu certa limitação no envio mensal da escória ao referido pátio, redução da altura das pilhas e retirada do excesso do material armazenado, o que por último teve seus efeitos suspensos por decisão liminar. A Companhia e Harsco vêm buscando alternativas factíveis de solução desse fato e trabalham na elaboração de um plano de ação com cronograma factível, em virtude da preocupação com os impactos que podem ser gerados pela remoção abrupta do material do pátio no prazo estabelecido na decisão liminar.

• Em janeiro de 1995 foi ajuizada ACP, pelo Município de Volta Redonda/RJ (“MVR”), pleiteando a condenação da CSN no cumprimento de 26 itens de Programas Ambientais Compensatórios. Após a contestação, as partes celebraram instrumento de Transação (1995), fixando as efetivas obrigações da CSN, bem como a compensação ambiental, homologada em Juízo por sentença. O Município de Volta Redonda discordou sobre o cumprimento do acordo homologado e em 2015 foi iniciado o processo de liquidação das obrigações não cumpridas. Em 27/12/18, foi assinado um novo acordo entre a CSN e o MVR para pôr fim à disputa judicial, mediante concessões recíprocas das partes, cabendo ao MVR a renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação e à CSN o investimento adicional no valor de R\$21 milhões, devendo 30% desse valor ser destinado a serviços de interesse ambiental, obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de Volta Redonda. Em 2019 foi homologado o acordo firmado entre a CSN e o MVR com o desembolso efetivo pela CSN de R\$25MM, tendo na sequência o Ministério Público recorrido, o qual aguarda-se julgamento.

• Em agosto de 2017 foi iniciada, pela CSN, ação anulatória contra o auto de infração que impôs multa à CSN (R\$ 25 milhões - atualizado até dezembro/19), por suposta poluição da água do Rio Paraíba do Sul, com lançamento de efluentes da ETE do Alto Forno #2, devido acidente ocorrido em 27/11/2010. A exigibilidade da multa encontra-se suspensa por força de liminar concedida em Mandado de Segurança, até decisão final da fase recursal que discute a garantia oferecida ao Juízo (caução idônea) para a concessão da tutela.

• Em dezembro de 2019 foi iniciada Ação Civil Pública em face de Sepetiba TECON e do INEA visando a suspensão dos processos de licenciamento ambiental do terminal de contêineres Sepetiba TECON até que seja realizado o estudo da capacidade de suporte ambiental da Baía de Sepetiba, devendo o INEA abster-se de licenciar novos empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras no local, que venham a prejudicar o equilíbrio socioambiental da Baía e a preservação da fauna marinha. Sepetiba TECON tomou conhecimento da ação por notícia veiculada no site do MPF. Em 19/12/19, foi indeferido pelo juízo o pedido de tutela de urgência requerido pelo MPF, bem como determinada a oitiva da União Federal e do IBAMA. Aguarda-se citação.

• Em junho de 2019 foi proposta pela CSN ação judicial contra a Notificação INEA que determinou a suspensão das operações de movimentação de granéis sólidos no TECON por suposta ausência de previsão da atividade no objeto da Licença de Operação respectiva. Concedida decisão liminar para suspender os efeitos da Notificação e permitir a continuidade da operação de movimentação de granéis sólidos até o julgamento final da ação. Decisão confirmada em sede de recurso.

• Em relação às questões de mineração, com a ocorrência do acidente envolvendo uma empresa brasileira em novembro de 2015, o Estado de Minas Gerais instaurou diversos inquéritos civis visando investigar as empresas do segmento de mineração, com base no Inventário da Barragem do Estado divulgado em 2014. Esses procedimentos têm o escopo de averiguar as estruturas que não possuem estabilidade técnica garantida por um auditor externo, ou cuja estabilidade não foi atestada devido à falta de documentos ou dados técnicos. Em agosto de 2016, a Companhia foi citada em ação civil pública similar, em relação à estrutura de Barragem do Dique do Engenho. Foram apresentados documentos às autoridades estaduais que comprovam a estabilidade e a segurança da referida barragem. Espera-se que esse processo também seja arquivado, pelas mesmas razões que o anterior.

▪ Processos Administrativos e Judiciais Possíveis

A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	12.412.964	11.812.071
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela NAMISA	3.867.663	3.722.888
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	2.249.708	2.165.088
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010, 2011, 2014 ⁽¹⁾	2.946.288	1.891.149
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de energia elétrica	1.022.371	974.479
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.100.564	1.481.382
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	567.534	529.607
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	310.349	294.527
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	538.268	516.583
Auto de Infração- IRRF- Ganho de capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	254.850	243.007
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo ⁽²⁾	1.020.266	311.582
Auto de Infração - ICMS - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada	1.015.812	976.438
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	4.478.014	3.625.167
Processos previdenciários	325.492	287.823
Ação de Execução proposta pelo CADE	93.212	101.683
Outros processos cíveis	1.721.753	922.171
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.565.237	1.537.078
Execução Fiscal Multa Volta Grande IV ⁽³⁾	84.599	75.530
Outros processos ambientais	215.691	144.235
	35.790.635	31.612.488

(1) Em 15 de outubro de 2019, a CSN recebeu um novo auto de infração exigindo o pagamento de IRPJ/CSLL referente a lucros auferidos por controada no exterior, no valor total de R\$1 Bilhão;

(2) Em 23 de dezembro de 2019, a CSN Mineração recebeu 03 (três) novas Notificações de Lançamentos exigindo o pagamento de diferenças de recolhimento de CFEM, no valor total de R\$ 689 milhões;

(3) Em 8 de abril de 2013, o INEA aplicou à CSN multa no valor original de R\$ 35 milhões em relação aos aspectos envolvendo o condomínio Volta Grande IV, determinando que fossem realizadas as ações já ponderadas e discutidas na ação civil pública ajuizada em julho de 2012. Em relação à aplicação desta multa, foi ajuizada ação anulatória, distribuída, em janeiro de 2014, à 10ª Vara Cível da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, visando a anulação da multa e de seus efeitos. Em paralelo, o INEA ajuizou ação de execução fiscal com o objetivo de executar o montante da multa imposta. A ação de Execução Fiscal mencionada foi distribuída em maio de 2014 ao 4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a referida ação de execução está suspensa até o julgamento da ação anulatória, visando evitar decisões conflitantes.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

17. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos ambientais	192.270	198.386	163.659	191.216
Desativação de ativos	331.731	83.380	805	668
	524.001	281.766	164.464	191.884

17.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2019 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

17.b) Desativação de Ativos

Em 2019 a Companhia decidiu antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração e, conseqüentemente, o fluxo de gastos para desativação das barragens foram antecipados em relação ao planejamento inicial considerando o último estudo. Com isso, o saldo de provisão para desativação de ativos montou a R\$331.731 em 31 de dezembro de 2019 (R\$83.380 em 31 de dezembro de 2018).

18. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

18.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,24% de participação no capital votante.

Também integrando o controle da Companhia está a Rio Iaco Participações S.A. que detêm participação no capital votante da CSN de 4,22%.

A estrutura societária da Vicunha Aços S.A. é a seguinte:

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 67,93% na Vicunha Aços S.A

CFL Participações S.A. – detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A e de 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 19,25% na Vicunha Aços S.A e de 60% na Vicunha Steel S.A.

- **Passivo**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018. A Vicunha Aços S.A e a Rio Iaco Participações S.A receberam, respectivamente, R\$ 442.308 e R\$37.879.

Em 31 de dezembro de 2019 foi proposta a distribuição, a título de dividendos mínimos obrigatórios, do montante de R\$204.574 para a acionista Vicunha Aços S.A e de R\$17.519 para a Rio Iaco Participações S.A. Tendo em vista que em

reunião do conselho de administração realizada em 18/09/2019 foi aprovada, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019, ocasião em que a Vicunha Aços S.A e a Rio Iaco Participações S.A receberam, respectivamente, R\$203.179 e R\$17.400, o saldo remanescente dos dividendos propostos de R\$1.394 para a Vicunha Aços S.A e de R\$119 para a Rio Iaco Participações S.A será deliberado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020.

18.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

- Por operação

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo						
Contas a receber ^(nota 5)	170.588	93.317			170.588	93.317
Dividendos a receber ^(nota 7)	44.554	46.171			44.554	46.171
Ativo Atuarial ^(nota 7)			13.714	99.894	13.714	99.894
Aplicações financeiras	2.116.560	92.332	95.719		2.212.279	92.332
Empréstimos ^(nota 7)		2.675	846.300	706.605	846.300	709.280
Outros Créditos ^(nota 7)	1.830	3.649	428.672	218.840	430.502	222.489
	2.333.532	238.144	1.384.405	1.025.339	3.717.937	1.263.483
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos Intercompany ^(nota 11)	25.038				25.038	
Outras obrigações ^(nota 13)						
Contas a pagar	23.566	29.286	88.021	96.629	111.587	125.915
Provisão para consumo e serviços	22.497	6.213			22.497	6.213
Fornecedores	240.984	135.801			240.984	135.801
Passivo Atuarial			19.788	7.982	19.788	7.982
	312.085	171.300	107.809	104.611	419.894	275.911
	31/12/2019	31/12/2018				
Resultado						
Receitas						
Vendas	1.122.834	1.278.751				
Juros ^(nota 24)	79.228	64.888				
Despesas						
Compras	(1.958.958)	(1.418.282)				
Juros ^(nota 24)		(16.092)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	3.586	13.611				
Outras Despesas	(150.943)					
	(904.253)	(77.124)				

- Por empresa

	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variáveis Cambiais líquidas / Outras	Total
Joint-venture e Joint-operation											
Itá Energética S.A.				2.231		2.231		(57.285)			(57.285)
MRS Logística S.A.	44.554		44.554	142.310	88.021	230.331		(1.068.563)		(14.939)	(1.083.502)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura								(231.141)			(231.141)
Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾	797	1.273.098	1.273.895	19		19		(7.294)	58.250		50.956
	45.351	1.273.098	1.318.449	144.560	88.021	232.581		(1.364.283)	58.250	(14.939)	(1.320.972)
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência		13.714	13.714		19.788	19.788					
Banco Fibra ⁽²⁾	1.940	95.719	97.659	25.038		25.038			20.499	3.586	24.085
Usiminas	2.116.063		2.116.063	129.824		129.824		(479.868)		(136.004)	(615.872)
Panatântica ⁽³⁾	128.573		128.573	11.621		11.621	1.043.382	(100.482)			942.900
Vicunha Aços S.A.	230		230				202	(321)			(119)
Outras partes relacionadas	1.940		1.940	1.042		1.042	3.620	(14.004)			(10.384)
	2.248.746	109.433	2.358.179	167.525	19.788	187.313	1.047.204	(594.675)	20.499	(132.418)	340.610
Coligadas											
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	39.435	1.874	41.309				75.630		479		76.109
Total em 31/12/2019	2.333.532	1.384.405	3.717.937	312.085	107.809	419.894	1.122.834	(1.958.958)	79.228	(147.357)	(904.253)
Total em 31/12/2018	238.144	1.025.339	1.263.483	171.300	104.611	275.911	1.278.751	(1.418.282)	48.796	13.611	(77.124)

1. Transnordestina Logística S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a contratos de mútuos em R\$: Juros taxa média de 125,0% a 130% do CDI. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$844.426 (R\$706.605 em 31 de dezembro de 2018).
2. Banco Fibra S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a Eurobond do Banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.
3. Panatântica: Contas a receber decorrentes da venda de produtos siderúrgicos.

- **Por operação**

	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo						
Contas a receber ⁽¹⁾ (nota 5)	943.623	906.865			943.623	906.865
Dividendos a receber ^(nota 7)	33.447	259.186			33.447	259.186
Ativo Atuarial ^(nota 7)				85.415		85.415
Empréstimos ^(nota 7)		22.807	883.394	588.285	883.394	611.092
Aplicações financeiras ⁽²⁾	2.124.626	99.109	95.719	103.640	2.220.345	202.749
Outros Créditos ⁽³⁾ (nota 7)	14.770	15.395	674.800	458.177	689.570	473.572
	3.116.466	1.303.362	1.653.913	1.235.517	4.770.379	2.538.879
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-pagamento ^(nota 11)	73.334	1.363.140	6.162.673	4.250.264	6.236.007	5.613.404
Intercompany Bonds ^(nota 11)	2.491	2.395	374.855	360.356	377.346	362.751
Empréstimos Intercompany ^(nota 11)	1.499.197	1.704.888	2.075.353		3.574.550	1.704.888
	1.575.022	3.070.423	8.612.881	4.610.620	10.187.903	7.681.043
Outras obrigações ^(nota 14)						
Contas a pagar	92.352	8.060	318.967	14.501	411.319	22.561
Provisão para consumo e serviços	365.225	299.996			365.225	299.996
Fornecedores	910.929	344.076			910.929	344.076
Passivo Atuarial			19.788	7.982	19.788	7.982
	1.368.506	652.132	338.755	22.483	1.707.261	674.615
	31/12/2019	31/12/2018				
Resultado						
Receitas						
Vendas/Outras	2.836.219	3.387.251				
Juros ^(nota 24)		57.688				
Fundos Exclusivos ^(nota 24)	1.322	715				
Despesas						
Compras	(2.658.628)	(2.130.252)				
Juros ^(nota 24)	(248.234)	(386.399)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	(417.082)	(1.190.754)				
Outras Despesas	(136.004)					
	(622.407)	(261.751)				

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, são aplicações em Fundos Exclusivos e no Banco Fibra e ações da Usiminas.
3. Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente à aquisição de debêntures.

- **Por empresa**

	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas / Outras	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas / Outras	Total
Controladas											
Companhia Metalúrgica Prada ⁽¹⁾	278.739	121.336	400.075	8.027		8.027	696.965	(58.072)			638.893
Estanho de Rondônia S.A.	1.626	37.067	38.693	796		796		(38.160)	2.009		(36.151)
Sepetiba Tecon S.A.	12.295	106.796	119.091	29.171		29.171		(58.103)	149		(57.954)
Minérios Nacional S.A.	8		8		27.506	27.506		71	(1.185)	(220)	(1.334)
CSN Mineração S.A. ⁽²⁾	12.183		12.183	673.300	318.967	992.267	99.751	(1.086.804)			(987.053)
CSN Energia S.A.	3.214		3.214	83.868		83.868					(223.481)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19	101.109	101.128				1.327	(345)	2.220	(73)	3.129
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽³⁾	345.470		345.470	348.060		348.060	662.835	(35.804)		23.270	650.301
CSN Resources S.A. ⁽⁴⁾				75.218	5.410.662	5.485.880			(278.882)	(223.007)	(501.889)
CSN Steel Corp				503	959.110	959.613			(35.842)	(14.761)	(50.603)
Lusosider Aços Planos, S.A.	148.287		148.287				328.024				328.024
CSN Islands XI Corp. ⁽⁵⁾				25.867	1.761.699	1.787.566					(55.529)
CSN Islands XII Corp. ⁽⁶⁾				1.448.243	171.653	1.619.896					(139.503)
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA				17		17					
Companhia Florestal do Brasil	1.103	18.466	19.569								
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.				38	70.563	70.601			(2.177)	(2.738)	(4.915)
CSN Productos Sider. S.L.				114	211.688	211.802			(6.530)	(8.327)	(14.857)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	6.899		6.899	24.651		24.651	41	(19.727)			(19.686)
	809.843	384.774	1.194.617	2.717.873	8.931.848	11.649.721	1.789.014	(1.521.681)	(319.273)	(420.668)	(472.608)
Joint-venture e Joint-operation											
MRS Logística S.A.	22.283		22.283	58.898		58.898		(318.405)			(318.405)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura								(231.140)			(231.140)
Transnordestina Logística S.A. ⁽⁷⁾	1	1.171.546	1.171.547					(247)	51.395		51.148
	22.284	1.171.546	1.193.830	58.898		58.898		(549.792)	51.395		(498.397)
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência					19.788	19.788					
Banco Fibra	1.705	95.719	97.424	25.038		25.038			19.164	3.586	22.750
Usiminas	2.030.634		2.030.634	129.824		129.824		(479.868)		(127.117)	(606.985)
Panatlântica ⁽⁸⁾	128.573		128.573	11.621		11.621	1.043.382	(100.482)			942.900
Vicunha Aços S.A.							202	(321)			(119)
Fundação CSN	1.829		1.829	274		274					(817)
Outras partes relacionadas	108		108				3.621	(5.667)			(2.046)
	2.162.849	95.719	2.258.568	166.757	19.788	186.545	1.047.205	(587.155)	19.164	(123.531)	355.683
Coligadas											
Arvedi Metaller do Brasil S.A.	29.018	1.874	30.892						480		480
Fundos Exclusivos											
Diplic, Caixa Vertice, VR1, BB Steel ⁽⁹⁾	92.472		92.472						1.322	(8.887)	(7.565)
Total em 31/12/2019	3.116.466	1.653.913	4.770.379	2.943.528	8.951.636	11.895.164	2.836.219	(2.658.628)	(246.912)	(553.086)	(622.407)
Total em 31/12/2018	1.303.362	1.235.517	2.538.879	3.722.555	4.633.103	8.355.658	3.387.251	(2.130.252)	(327.996)	(1.190.754)	(261.751)

- Companhia Metalúrgica Prada: Refere-se principalmente ao valor de contas a receber no montante de R\$278.739 (254.464 em 31 de dezembro de 2018) e o montante de R\$121.336 (R\$121.336 em 31 de dezembro de 2018) de debêntures da controlada indireta CBL.
- CSN Mineração: Passivo: Contas a pagar referente à compra de minério de ferro e de serviços portuários no valor de R\$992.267 (119.952 em 31 de dezembro de 2018).
- Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R\$345.470 (R\$357.257 em 31 de dezembro de 2018), referente a operações de vendas de aços para revenda. No passivo circulante refere-se a despesas com comissão e logística nas operações de vendas de aços para revenda no valor de R\$ R\$348.060 (R\$ 298.866 em 31 de dezembro de 2018).
- CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento e Fixed Rate Notes. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$5.485.880 (R\$4.961.357 em 31 de dezembro de 2018).
- CSN Islands XI Corp: Contratos *Intercompany* em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$1.787.566 (R\$179.677 em 31 de dezembro de 2018).
- CSN Islands XII Corp: Contratos *Intercompany*, em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$1.619.896 (R\$1.525.211 em 31 de dezembro de 2018).
- Transnordestina Logística S.A.: Ativo não circulante: refere-se substancialmente a contratos de mútuo de R\$742.875 (R\$588.285 em 31 de dezembro de 2018) e adiantamento para futuro aumento de capital de R\$428.672 (R\$218.840 em 31 de dezembro de 2018).
- Panatlântica S.A.: No ativo circulante refere-se a contas a receber pelo fornecimento de aços planos no valor de R\$128.573 (R\$53.027 em 31 de dezembro de 2018).
- Fundos Exclusivos: Ativo: refere-se a aplicações em títulos públicos e CDBs no montante de R\$8.301 (R\$6.989 em 31 de dezembro de 2018) e ações da Usiminas no montante de R\$84.171 (R\$103.640 em 31 de dezembro de 2018). Os fundos VR1 e Diplic II são geridos pela Taquari Asset.

18.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos.

- **Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN, da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

- **Partifib Projetos Imobiliários Ltda, Vicunha Imóveis Ltda., Vicunha Serviços Ltda., Jockey Club de São Paulo, Ibis Participações e Serviços Ltda e Ibis Agrária Ltda**

São empresas e entidade sem fins lucrativos sob o controle de membro da administração que mantiveram transações com a Companhia.

18.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	37.452	32.848
Benefícios pós-emprego	109	105
	37.561	32.953

18.e) Avais e Fianças

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.428.194	2.108.917	37.406	35.336	8.702	8.231	2.474.302	2.152.484
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	Até 01/04/2021	43.118	62.407					43.118	62.407
Cia Metalurgica Prada	R\$	Indeterminado			457	333	235	11.942	692	12.275
CSN Energia	R\$	Até 26/11/2023 e Indeterminado			3.141	2.829	1.920	1.920	5.061	4.749
CSN Mineração	R\$	Até 21/12/2024	1.184.048	1.407.363					1.184.048	1.407.363
Estanho de Rondônia	R\$	15/07/2022	1.902	3.153					1.902	3.153
Minérios Nacional S.A.	R\$	Até 10/09/2021	4.544	7.305					4.544	7.305
Total em R\$			3.661.806	3.589.145	41.004	38.498	10.857	22.093	3.713.667	3.649.736
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019		547.094						547.094
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	Até 17/04/2026	1.958.603	1.402.906					1.958.603	1.402.906
Total em US\$			2.958.603	2.950.000					2.958.603	2.950.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	24.000	48.000					24.000	48.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado		75.000						75.000
Total em EUR			24.000	123.000					24.000	123.000
Total em R\$			12.033.973	11.976.657	41.004	38.498	10.857	22.093	12.429.826	11.976.657
			15.695.779	15.565.802	41.004	38.498	10.857	22.093	16.143.493	15.626.393

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

19.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 ações, por decisão do Conselho de Administração.

19.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

19.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2019, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	679.522.254	48,97%	49,24%	679.522.254	48,97%	49,24%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,22%	58.193.503	4,19%	4,22%
NYSE (ADRs)	262.206.103	18,90%	19,00%	284.152.319	20,48%	20,59%
Outros acionistas	380.192.687	27,40%	27,55%	358.246.471	25,83%	25,95%
Total de ações em circulação	1.380.114.547	99,47%	100,00%	1.380.114.547	99,47%	100,00%
Ações em tesouraria	7.409.500	0,53%		7.409.500	0,53%	
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.387.524.047	100,00%	

(*) Empresas do grupo controlador.

19.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou em abril de 2018 a alienação de até 30.391.000 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria e, até o fim do programa, foram vendidas 22.981.500 ações pelo valor de R\$213.494. A Companhia reconheceu o montante de R\$32.690 referente ao lucro na alienação das ações, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Alienação das ações	Saldo em tesouraria
9º (*)	31/03/2015	32.770.055	De 01/04/2015 a 30/06/2015						30.391.000
	20/04/2018	30.391.000	De 20/04/2018 a 30/04/2018	Não aplicável	Não aplicável			22.981.500 ⁽¹⁾	7.409.500

(*) Não houve recompra de ações neste programa.

Em 31 de dezembro de 2019 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2019 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
7.409.500	R\$ 58.264	R\$ 4,48	R\$ 10,07	R\$ 7,86	R\$ 104.548

(*) Utilizada a cotação média das ações na em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$14,11 por ação.

19.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

19.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
	Ações ordinárias	
Lucro do exercício	1.789.067	5.074.136
Média ponderada da quantidade de ações	1.380.114.547	1.373.250.595
LPA Básico e Diluído	1,29632	3,69498

A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

20. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro para 2019:

	31/12/2019
Lucro do exercício	1.789.067
Dividendo e JCP prescritos	2.209
Lucro para destinação	1.791.276
Destinação proposta:	
Reserva legal	5% (89.454)
Dividendo mínimo obrigatório:	25% (424.903)
- Dividendos intercalares aprovados em RCA em 18 de setembro de 2019	(412.659)
- Dividendos propostos	(12.244)
Destinado para reserva estatutária de capital de giro	(1.276.919)
	(1.791.276)
Média ponderada da quantidade de ações	1.380.114.547
Dividendos por ação	0,307875
No passivo circulante	
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018	900.541
Dividendos intercalares aprovados em 18/09/2019	412.659
Dividendos propostos	12.244
Dividendo e JCP prescritos	(2.209)
Dividendos pagos no exercício	(1.309.983)
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019	13.252

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018, do montante de R\$898.332, correspondendo a R\$ 0,650910577222 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 29 de maio de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 27 de maio de 2019.

Na reunião do conselho de administração (RCA), realizada em 18 de setembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019 no montante de R\$412.659, correspondendo R\$0,299003394462 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 30 de setembro de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado na data da aprovação.

Conforme previsto no Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu, para a conta de lucros acumulados, os montantes de R\$1.874 e de R\$ 335, relativos a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, respectivamente, que serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

No exercício de 2019 foram aprovadas as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Dividendo	1.310.991	1.856.297
Juros sobre capital próprio		65.020
	1.310.991	1.921.317

No exercício de 2019 foram pagos dividendo e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

	Dividendo	JCP	TOTAL
Aos acionistas controladores	1.309.983		1.309.983
Aos acionistas não controladores (*)	545.306	65.020	610.326
	1.855.289	65.020	1.920.309

(*) Refere-se a dividendo e JCP distribuído aos acionistas minoritários da CSN Mineração.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta				
Mercado interno	14.220.420	14.752.901	13.621.367	14.060.360
Mercado externo	14.663.297	11.817.559	1.187.744	2.061.291
	28.883.717	26.570.460	14.809.111	16.121.651
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(325.794)	(234.851)	(312.182)	(207.193)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.121.506)	(3.366.724)	(2.895.523)	(3.111.703)
	(3.447.300)	(3.601.575)	(3.207.705)	(3.318.896)
Receita Líquida	25.436.417	22.968.885	11.601.406	12.802.755

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matérias primas e insumos	(7.287.933)	(6.759.275)	(6.733.006)	(5.856.495)
Mão de obra	(2.807.280)	(2.743.460)	(1.345.202)	(1.320.954)
Suprimentos	(1.981.547)	(1.782.576)	(1.446.707)	(1.301.237)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.340.135)	(1.326.894)	(629.786)	(701.436)
Serviços de terceiros	(2.392.626)	(2.368.387)	(693.704)	(1.102.347)
Fretes	(334.509)	(109.756)	(246.957)	(5.958)
Fretes distribuição	(1.787.979)	(1.692.785)	(254.408)	(309.895)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.421.704)	(1.175.107)	(701.370)	(582.277)
Outros	(763.421)	(905.128)	(34.034)	(27.583)
	(20.117.134)	(18.863.368)	(12.085.174)	(11.208.182)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(17.263.264)	(16.105.657)	(11.285.668)	(10.320.367)
Despesas com vendas	(2.342.805)	(2.263.688)	(542.393)	(645.928)
Despesas gerais e administrativas	(511.065)	(494.023)	(257.113)	(241.887)
	(20.117.134)	(18.863.368)	(12.085.174)	(11.208.182)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo de Produção ⁽¹⁾	1.385.306	1.145.793	677.454	564.920
Despesa Vendas	11.539	5.850	10.052	4.625
Despesa Gerais e Administrativas	24.859	23.464	13.864	12.732
	1.421.704	1.175.107	701.370	582.277
Outras operacionais ⁽²⁾	97.627	97.914	16.033	3.921
	1.519.331	1.273.021	717.403	586.198

(1) No Custo de Produção, estão incluídas as depreciações referentes aos créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento, em linha com as diretrizes dispostas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 02/2019;

(2) Refere-se principalmente à depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 23.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Indenizações	56.180	46.256	15.568	22.935
Aluguéis e arrendamentos	9.462	5.430	9.044	5.040
Dividendos recebidos	32.747	9.188	32.102	8.617
PIS e COFINS a compensar ⁽¹⁾	123.677	1.102.365	123.677	1.102.365
Multas Contratuais	4.486	3.965	3.403	2.143
Plano de pensão atuarial	47.151	20.983	40.239	13.512
Atualização ações - VJR (nota 12 II)		1.655.813		1.655.813
Acordo contratual ⁽²⁾	131.817		131.817	
Ganho na alienação LLC		1.164.294		
Remissão de dívida intragrupo				1.310.886
Outras receitas	98.250	27.749	70.749	5.595
	503.770	4.036.043	426.599	4.126.906
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(95.873)	(26.197)	(65.079)	(10.399)
Despesas com passivo ambiental líquidas	(82.669)	(60.311)	(1.300)	(47.620)
Despesas/Reversão com processos judiciais líquidas	(19.685)	(113.549)	14.714	(90.561)
Multas contratuais	(106.926)	(104.086)	(106.894)	
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 22)	(97.627)	(97.914)	(16.033)	(3.921)
Baixas de imobilizado e intangível (nota 9)	(114.603)	(27.260)	(90.001)	(19.280)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(136.827)	(149.704)	(42.496)	(56.253)
Ociosidade nos estoques e equipamentos paralisados ⁽³⁾	(546.968)		(540.700)	
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(26.171)	(33.738)	(23.517)	(22.522)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(1.741)	(2.688)	(1.741)	(2.688)
Despesa com assessoria e consultoria		(508)		(387)
Despesa plano de saúde	(119.560)	(108.369)	(119.025)	(108.191)
Reversão/(Provisão) reestruturação industrial		(17.490)		
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 12 b)	(790.353)	(370.191)	(790.353)	(370.191)
Atualização ações - VJR (nota 12 II)	(118.780)		(118.780)	
Outras despesas	(149.068)	(218.701)	(83.021)	(132.888)
	(2.406.851)	(1.330.706)	(1.984.226)	(864.901)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	(1.903.081)	2.705.337	(1.557.627)	3.262.005

(1) Trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS;

(2) Referente ao acordo contratual firmado para fornecimento de novos equipamentos;

(3) Ociosidade nos estoques: É capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal devido à programação para reformas no Alto Forno 3.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 18 b)	79.228	64.888	76.739	58.403
Rendimentos sobre aplicações financeiras	93.471	111.235	56.210	74.779
Outros rendimentos ⁽¹⁾	206.343	1.134.391	131.580	1.221.134
	379.042	1.310.514	264.529	1.354.316
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(1.128.520)	(988.821)	(286.348)	(262.391)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(867.785)	(1.020.867)	(766.863)	(892.849)
Partes relacionadas		(16.092)	(323.651)	(386.399)
Passivos de arrendamento	(49.118)		(4.521)	
Juros Capitalizados (notas 9 e 29)	117.189	71.611	27.961	16.683
Juros, multas e moras fiscais	(104.357)	(71.100)	(96.698)	(6.167)
Comissões, fianças e despesas bancárias	(217.784)	(182.179)	(224.219)	(164.147)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(25.176)	(84.404)	(15.341)	(66.870)
Seguro garantia	(29.191)		(24.557)	
Outras despesas financeiras	(258.049)	19.614	(21.738)	70.673
	(2.562.791)	(2.272.238)	(1.735.975)	(1.691.467)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	85.451	(1.035)	98.019	(2.018)
Variações cambiais líquidas	(37.872)	(532.883)	2.022	(558.476)
Variações cambiais com derivativos	4.986	(1)	4.203	
	52.565	(533.919)	104.244	(560.494)
Resultado financeiro líquido	(2.131.184)	(1.495.643)	(1.367.202)	(897.645)
(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Sw ap dólar x euro	783	(1)		
Sw ap CDI x Dólar (nota 12)	4.203		4.203	
	4.986	(1)	4.203	

(1) Refere-se principalmente à atualização monetária do reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$160.609 em 31 de dezembro de 2019 (1.106.097 em 31 de dezembro de 2018).

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

• Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

• Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no Estado de Rondônia.

• Logística

i. Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

b) TLISA e FTL

A TLISA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A Companhia produz clínquer em Arcos/MG, utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna “Despesas corporativas/eliminação”.

Resultado								31/12/2019
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	4.524.805	38.545.067					(3.258.923)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.027.999	926.836	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(2.462.088)	10.950.701
Mercado externo	3.921.033	9.100.813					1.463.870	14.485.716
Total receita líquida (nota 21)	13.949.032	10.027.649	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(998.218)	25.436.417
Custo produtos e serviços vendidos	(12.962.861)	(4.396.247)	(173.344)	(1.030.210)	(266.754)	(607.719)	2.173.871	(17.263.264)
Lucro Bruto	986.171	5.631.402	67.107	291.145	58.589	(36.914)	1.175.653	8.173.153
Despesas vendas e administrativas	(834.977)	(186.189)	(34.560)	(109.770)	(29.034)	(91.466)	(1.567.874)	(2.853.870)
Depreciação (nota 22)	700.074	476.374	30.568	387.565	17.471	139.667	(330.015)	1.421.704
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							510.072	510.072
EBITDA ajustado	851.268	5.921.587	63.115	568.940	47.026	11.287	(212.164)	7.251.059
Vendas por área geográfica								
Ásia	2.980	6.742.946					1.463.870	8.209.796
América do Norte	767.977							767.977
América Latina	169.036							169.036
Europa	2.978.994	2.357.867						5.336.861
Outras	2.046							2.046
Mercado externo	3.921.033	9.100.813					1.463.870	14.485.716
Mercado interno	10.027.999	926.836	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(2.462.088)	10.950.701
TOTAL	13.949.032	10.027.649	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(998.218)	25.436.417

Resultado								31/12/2018
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	5.068.758	34.780.756					(4.961.345)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353.437
Mercado externo	5.305.771	5.012.421					1.297.256	11.615.448
Total receita líquida (nota 21)	15.634.143	5.984.781	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(1.421.367)	22.968.885
Custo produtos e serviços vendidos	(12.613.216)	(3.585.691)	(189.999)	(1.049.071)	(286.734)	(544.266)	2.163.320	(16.105.657)
Lucro Bruto	3.020.927	2.399.090	76.379	457.043	123.872	43.964	741.953	6.863.228
Despesas vendas e administrativas	(984.980)	(144.754)	(35.423)	(106.412)	(27.948)	(95.893)	(1.362.301)	(2.757.711)
Depreciação (nota 22)	609.274	366.547	20.368	258.985	17.285	115.411	(212.763)	1.175.107
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							568.045	568.045
EBITDA ajustado	2.645.221	2.620.883	61.324	609.616	113.209	63.482	(265.066)	5.848.669
Vendas por área geográfica								
Ásia	40.681	4.422.377					1.297.256	5.760.314
América do Norte	1.506.041							1.506.041
América Latina	369.830							369.830
Europa	3.330.991	590.044						3.921.035
Outras	58.228							58.228
Mercado externo	5.305.771	5.012.421					1.297.256	11.615.448
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353.437
TOTAL	15.634.143	5.984.781	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(1.421.367)	22.968.885

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto.

• EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos, resultado de operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	2.244.511	5.200.583
Depreciação/amortização/exaustão (nota 22)	1.421.704	1.175.107
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	(833.778)	250.334
Receitas e (despesas) financeiras (nota 24)	2.131.184	1.495.643
EBITDA	4.963.621	8.121.667
Outras (receitas) e despesas operacionais (nota 23)	1.903.081	(2.705.337)
Resultado equivalência patrimonial (nota 8.b)	(125.715)	(135.706)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	510.072	568.045
EBITDA ajustado (*)	7.251.059	5.848.669

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de

algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2019 a CBS tinha 35.547 participantes (34.985 em 31 de dezembro de 2018), dos quais 22.091 eram contribuintes ativos (20.872 em 31 de dezembro de 2018), 13.139 eram funcionários aposentados (13.454 em 31 de dezembro de 2018) e 317 eram beneficiários vinculados (659 em 31 de dezembro de 2018).

Do total de participantes em 31 de dezembro de 2019, 10.616 (em 31 de dezembro 2018 11.063) estão vinculados aos planos de Benefício Definido, 11.111 (em 31 de dezembro de 2018 11845) ao plano Misto, 841 (em 31 de dezembro 2018 1028) ao plano CBSPrev Namisa e 12.979 (em 31 de dezembro 2018 11.049) ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2019 a CBS detinha 1.870.652 ações ordinárias da CSN (37.084.031 em 31 de dezembro de 2018). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$5,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$5,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido, denominados "35% da Média Salarial" e "Plano de Suplementação da Média Salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os últimos 4 exercícios findos (2016, 2017, 2018 e 2019), não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

26.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017 e em processo de extinção devido à retirada total de patrocínio.

26.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

26.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado			
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(13.714)	(99.894)	19.788	7.982
Benefícios de saúde pós-emprego			892.396	897.137
	(13.714)	(99.894)	912.184	905.119

	Controladora			
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão		(85.415)	6.054	7.982
Benefícios de saúde pós-emprego			892.396	897.137
		(85.415)	898.450	905.119

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.581.460	3.087.433
Valor justo dos ativos do plano	(3.894.488)	(3.403.906)
Déficit/(Superávit)	(313.028)	(316.473)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	319.102	224.561
Passivo / (Ativo) Líquido	6.074	(91.912)
Passivos	19.788	7.982
Ativos	(13.714)	(99.894)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	6.074	(91.912)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.087.433	3.077.849
Custo do serviço	1.093	1.169
Custo dos juros	283.487	304.132
Contribuições de participante realizadas no período	2.126	
Benefícios pagos	(269.995)	(280.493)
Perda/(ganho) atuarial	477.316	(15.224)
Valor presente das obrigações no final do exercício	3.581.460	3.087.433

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(3.403.906)	(3.305.356)
Receita com juros	(314.102)	(327.830)
Benefícios pagos	269.995	280.493
Contribuições de participante realizadas no período	(2.127)	
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(444.348)	(51.213)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(3.894.488)	(3.403.906)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custos de serviços correntes	1.093	1.169
Custos de juros	283.487	304.132
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(314.102)	(327.830)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	21.502	16.340
Total dos custos (receitas), líquidos	(8.020)	(6.189)

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
(Ganhos) e perdas atuariais	477.316	(15.224)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(444.348)	(51.213)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	73.039	50.058
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	106.007	(16.379)

A abertura dos ganhos e perdas atuariais em 2019 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2019
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	472.715
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	4.601
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(444.348)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	73.039
(Ganhos) e perdas atuariais	106.007

(Ganho) / Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 6,98% Plano 35%: 6,75% Suplementação : 6,81%	Plano Milênio: 9,69% Plano 35%: 9,60% Suplementação : 9,59%
Taxa de inflação	3,61%	4,75%
Taxa de aumento nominal do salário	4,65%	5,80%
Taxa de aumento nominal do benefício	3,61%	4,75%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano Milênio: 6,98% Plano 35%: 6,75% e Suplementação : 6,81%	Plano Milênio: 9,69% Plano 35%: 9,60% e Suplementação : 9,59%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio:AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35% :AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.	Plano Milênio:AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35% :AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.
Tábua de entrada em invalidez	Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.)	Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos e 40 anos:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais						
Masculino	18,38	18,00	18,75	18,74	20,45	21,00
Feminino	18,38	18,00	21,41	22,23	23,02	23,00
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais						
Masculino	40,15	40,00	40,60	40,60	42,70	43,00
Feminino	40,15	40,00	44,41	45,37	46,28	47,00

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2019		31/12/2018	
Renda Variável	25.236	0,65%	141.705	4,16%
Renda Fixa	3.607.398	92,63%	3.050.099	89,61%
Imóveis	183.098	4,70%	52.091	1,53%
Outros	78.756	2,02%	160.011	4,70%
Total	3.894.488	100,00%	3.403.906	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano de pensão, a despesa em 2019 foi de R\$40.644 (R\$40.199 em 31 de dezembro de 2018).

26.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2020.

Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R\$ 24.000 serão pagas em 2020 para a parcela de contribuição definida e R\$ 1.965 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

26.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada abaixo:

	31/12/2019					
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	986	(918)	3.847	(3.773)	897	(1.126)
Efeito no valor presente das obrigações	(16.683)	18.012	(83.364)	98.252	(66.416)	73.565
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					212	(200)
Efeito no valor presente das obrigações					1.122	(1.063)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	142	(125)	927	(405)	387	(387)
Efeito no valor presente das obrigações	2.100	(1.846)	13.609	(5.945)	5.543	(5.543)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	+1 ano	- 1 ano	+1 ano	- 1 ano	+1 ano	- 1 ano
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.561	(649)	4.715	(4.180)	1.543	(1.532)
Efeito no valor presente das obrigações	13.515	(9.603)	69.216	(61.372)	22.116	(22.214)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamentos	2019
Ano 1	267.764
Ano 2	261.355
Ano 3	255.518
Ano 4	249.398
Ano 5	243.000
Próximos 5 anos	1.109.647
Total de pagamentos esperados	2.386.682

26.f) Plano de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações	892.396	897.137
Passivo	<u>892.396</u>	<u>897.137</u>

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo atuarial no início do período	897.137	866.784
Despesa reconhecida no resultado do período	69.907	85.748
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(82.081)	(71.632)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	7.433	16.237
Passivo atuarial no final do período	<u>892.396</u>	<u>897.137</u>

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	7.433	16.237
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	<u>7.433</u>	<u>16.237</u>

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	20,24	19,55
Feminino	20,24	22,17
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	42,74	41,59
Feminino	42,74	45,30

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 agravada em 20%	AT 2000 segregada por sexo
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	6,78%	9,62%
Inflação	3,61%	4,75%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (Aging Factor)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	6,98%	8,15%
Custo médico médio (Claim cost)	1.319,36	1.054,65

26.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada abaixo:

31/12/2019

Plano de Assistência Médica		
Hipótese: Taxa de Desconto		
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.824	(2.006)
Efeito no valor presente das obrigações	(35.490)	38.444
Hipótese: Inflação Médica		
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	5.646	(4.900)
Efeito no valor presente das obrigações	83.270	(72.264)
Hipótese: Tábua de Mortalidade		
Nível de sensibilidade	+1 ano	- 1 ano
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	4.093	(3.851)
Efeito no valor presente das obrigações	60.367	(56.802)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2019
Ano 1	83.290
Ano 2	80.574
Ano 3	77.649
Ano 4	74.529
Ano 5	71.218
Próximos 5 anos	301.853
Total de pagamentos esperados	689.113

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período							Total
	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022		
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	406.920	1.555.398	1.184.627	1.106.047	1.136.469	4.441.842	7.868.985	
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	658.166	966.405	391.750	33.317	24.940	200.121	650.128	
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	9.467	56.024	21.164	11.571	11.571	3.599	47.905	
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	21.533	5.930	1.896				1.896	
	1.096.086	2.583.757	1.599.437	1.150.935	1.172.980	4.645.562	8.568.914	

27.b) Projetos e outros compromissos

- Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis.

A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A TLSA obteve as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões. Atualmente o projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é na ordem de R\$ 13,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

A Companhia concluiu em dezembro/2019, conforme cronograma previsto, as entregas de engenharia referentes à revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos ("as built"), de forma a permitir a validação do orçamento regulatório e a preparação de cronograma revisitado. A Companhia aguarda as análises a serem efetuadas por parte da agência reguladora, cuja expectativa da administração é que a mesma seja realizada no decorrer do primeiro semestre de 2020.

Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLSA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que houve descumprimento de obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá aplicar as penalidades cabíveis ou recomendar à Presidência da República a declaração de caducidade, estando o procedimento na fase de instrução, não havendo até o momento, decisão definitiva sobre o mérito.

• FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional)

Em relação à Malha I, operada pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. Neste contexto, a agência propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A Companhia continua recorrendo do posicionamento da ANTT.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2019, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 31 de março de 2019 a 31 de março de 2020. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e a franquia é de US\$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes, cobrindo as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração e Sepetiba Tecon.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social pagos ⁽¹⁾	1.167.419	336.962		
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 9 e 24)	117.189	71.611	27.961	16.683
Adoção inicial CPC 06 - Direito de uso (nota 9.a)	640.989		61.072	
Remensuração do Direito de Uso (nota 9 a)	(151.558)		(13.626)	
Aquisição de imobilizado por meio de empréstimo líquido de impostos ⁽²⁾	78.098	10.792		1.746
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	200.115		177.465	
Capitalização em controlada sem efeito caixa			57.846	81.594
	2.052.252	419.365	310.718	100.023

(1) Para o ano-calendário de 2019, a Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real Trimestral, com base no art. 1º da Lei 9.430/96, sendo o imposto de renda e contribuição social devidos pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento de cada trimestre;

(2) Em 2019 ocorreu aquisição de imobilizado por meio de empréstimo no montante de R\$100.661, líquida de impostos a recuperar de R\$22.563.

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício	2.244.511	5.200.583	1.789.067	5.074.136
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	424	903	(1.663)	(997)
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(113.518)	413	(111.532)	2.313
	(113.094)	1.316	(113.195)	1.316
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	32.922	(87.101)	32.922	(87.101)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.559.680)		(1.559.680)
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	(2.288)	(105)	(2.288)	(105)
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa	(604.828)	(1.415.962)	(604.828)	(1.415.962)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado	790.353	370.191	790.353	370.191
(Perda)/ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas			2.472	(21.852)
(Perda)/ganho hedge de investimento líquido no exterior	2.472	(21.852)		
(Perda)/Ganho Combinação de Negócios		(651)		(651)
	218.631	(2.715.160)	218.631	(2.715.160)
	105.537	(2.713.844)	105.436	(2.713.844)
Resultado Abrangente Total do Período	2.350.048	2.486.739	1.894.503	2.360.292
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	1.894.503	2.360.292	1.894.503	2.360.292
Participação dos acionistas não controladores	455.545	126.447		
	2.350.048	2.486.739	1.894.503	2.360.292

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em janeiro de 2020 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), por meio de sua controlada CSN Islands XI Corp, no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 2028 e taxa de juros de 6,75% ao ano. Parte dos recursos captados, no valor de US\$263 milhões, foram utilizados na oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pela CSN Resources S.A. com o vencimento em 2020, conforme comunicado ao mercado no dia 17 de janeiro de 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.
- As ações USIMINAS classificadas em aplicações financeiras (vide nota 4) estão expostas a mudanças no preço das ações em razão dos títulos serem avaliados pelo valor justo através do resultado conforme cotações em Bolsa de Valores. Em 04 de março de 2020 as ações ordinárias e preferenciais tiveram desvalorização no montante global de R\$ 69.989 desde a data do balanço.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 teve início com boas expectativas para a economia, com a perspectiva da retomada do crescimento, dos índices de emprego e do consumo. Ao longo dos meses, alguns acontecimentos frearam o otimismo, como as crises políticas e a demora na aprovação da Reforma da Previdência, que diminuíram a confiança de empresários e consumidores. No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China também contribuiu para tornar o panorama ainda mais complexo.

Apesar de todos os desafios, a CSN conseguiu apresentar resultados expressivos no período, sendo uma das empresas que mais se destacaram na Bolsa (Ibovespa). Investimentos maciços na modernização e segurança das suas operações também marcaram o ano da companhia, proporcionando maior eficiência operacional e ambiental aos negócios.

Na Siderurgia, investimentos de aproximadamente R\$ 250 milhões na reforma do Alto-Forno 3, na usina Presidente Vargas, ampliaram sua capacidade de produção de aço em 500 mil toneladas por ano. Além do aumento da eficiência, o reparo também reduziu os custos das placas. Outros importantes investimentos de revitalização foram destinados às áreas de Aciaria, Sinterização e Centrais Termoelétricas 1 e 2, entre outras áreas.

No que diz respeito à Mineração, alcançamos a marca recorde de mais de 38,5 milhões de toneladas em vendas faturadas, superando a marca anterior de 36,9 milhões de toneladas, registrada em 2016. A companhia também reforçou seu compromisso em eliminar as barragens de seu processo produtivo, em um movimento que se iniciou em 2018 e que, hoje, já conta com 90% dos rejeitos filtrados a seco. A nova tecnologia, que reduz os impactos ambientais, garante mais segurança ao processo e reaproveita grande quantidade de água presente no rejeito.

Em 2020, a CSN continua fortemente empenhada no aumento da produtividade, eficiência e segurança em todas as áreas, investindo em novas tecnologias e processos para seguir na vanguarda de nossos negócios, o que nos permitirá contribuir cada vez mais com o crescimento do País.

Benjamin Steinbruch

Presidente do Conselho de Administração

2- A EMPRESA

Com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia, a CSN atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção nos negócios em que atua.

A CSN possui capacidade instalada de 6,7 milhões de toneladas de aço, sendo 5,2 milhões de aços planos e 1,5 milhões de aços longos (0,4 milhão UPV e 1,1 milhões SWT) e o volume comercializado em 2019 atingiu 4,5 milhões de toneladas. Desse total, 70% foi vendido no mercado interno e 30% exportado ou vendido por meio de suas subsidiárias no exterior.

No segmento de mineração houve incremento de 11% nas vendas em 2019, comparado com o ano anterior. Do lado da produção total, a empresa encerrou o ano com 38,5 milhões de toneladas.

A CSN é um dos maiores consumidores industriais de energia elétrica do país, dispondo de ativos de geração de energia elétrica por meio de participação em consórcios de usinas hidrelétricas, além da geração de energia integrada ao seu processo produtivo. Esta atividade de autoprodução de energia elétrica permite a CSN obter custos de energia bem competitivos.

3- PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS e INVESTIMENTOS

Nos cinco segmentos em que atua, a CSN vem investindo para ampliar as vantagens competitivas de suas unidades e na revisão do portfólio de negócios e projetos, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

3.1- SIDERURGIA

A Usina Presidente Vargas em Volta Redonda é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto, sendo 5,2 milhões de aços planos e 0,4 milhão de aços longos. No ano de 2019 a usina produziu 3,1 milhões de toneladas de aço bruto, sendo 2,9 milhões de aços planos e 0,2 milhão de aços longos, enquanto a produção de laminados atingiu 3,4 milhões de toneladas. Além das unidades no Brasil, a Companhia possui duas subsidiárias no exterior: a Lusosider, situada em Portugal, e a SWT- Stahlwerk Thuringen - na Alemanha.

3.2- MINERAÇÃO

Em 2019 a CSN comercializou cerca de 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 3,6 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas. O Tecar, terminal portuário operado pela CSN Mineração S.A., localizado no Porto de Itaguaí, por sua vez, embarcou cerca de 31,4 milhões de toneladas de minério de ferro em 2019. A CSN Mineração também exportou 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro pelos portos da Vale e Porto Sudeste.

3.3 – LOGÍSTICA

Portos

O Tecon, porto administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, está posicionado como o maior terminal em movimentação de contêineres do Estado do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil nesse segmento. O Tecon possui capacidade atual de 660.000 TEUs (*Twenty-Foot Equivalent Unit*) anuais.

Ferrovias

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística.

MRS Logística S.A. (MRS)

A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% do capital da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados heavy haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 87,5 milhões de toneladas em 2019, equivalente a 59,6% do total transportado pela Companhia.

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 2,40 milhões de toneladas de cargas em contêineres em 2019, ante o volume transportado de 1,98 milhão de toneladas de cargas em contêineres em 2018 e de 1,84 milhão de toneladas de cargas em contêineres em 2017.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN.

Transnordestina Logística S.A. (TLSA)

A TLSA é titular da concessão para a construção e operação da ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.753 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para os setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)

A FTL titular da concessão da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento e celulose, entre outros. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 km. Os demais trechos ferroviários estão com tráfego suspenso, em processo de negociação para sua devolução junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

4- EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Em 2019 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores

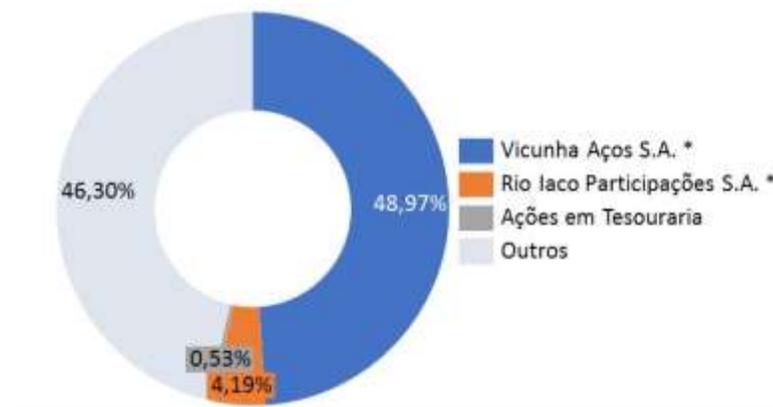
A CSN continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a transparência e exposição da Companhia por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências.

Capital Social

O capital social da CSN é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Controlada pela Vicunha Aços S.A. e Rio Iaco Participações S.A. que detêm respectivamente 48,97% e 4,19% do capital total da CSN, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - Composição do Capital Social em 31/12/2019 (%)



*Grupo Controlador

Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até onze membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas em calendário anual, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de dois anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por cinco membros. O Conselho de Administração deve, entre outras atribuições, definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Conselho Fiscal

Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal instalado, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, tendo como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disto, o Conselho Fiscal também é responsável por examinar as informações trimestrais e

as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos à Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, sendo um membro efetivo e um membro suplente indicados por acionistas minoritários da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é composto por três membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração dentre seus membros, com prazo de gestão de 2 anos. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comitê de Auditoria tem autonomia para exercer atribuições no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: rever as demonstrações financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como acompanhar a atuação das auditorias interna e externa.

Auditoria Interna

A CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com atuação independente dentro da organização, vinculada ao conselho de administração da Companhia, conforme Art.19, VIII do estatuto social.

A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao conselho de administração, por meio do Comitê de Auditoria.

Auditores independentes

Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2019 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para emitir conclusão sobre as demonstrações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores	(R\$ mil)
Honorários relacionados à auditoria externa	4.703
Honorários relacionados a outros serviços de asseguarção	1.535
Total	6.238

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 04/03/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia possui em sua estrutura de governança corporativa a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, que tem como uma de suas atribuições, a avaliação dos riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras e definição de controles internos para mitigá-los, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de negócios. A Companhia avalia a efetividade da sua estrutura de controles internos, conforme princípios estabelecidos

no COSO 2013 e em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, sendo que o resultado desta avaliação é reportado à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

Em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, a Companhia não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2018. A Companhia está na fase final da avaliação dos controles internos para o exercício 2019, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

Código de Ética

A Companhia possui um código de ética aprovado pelo Conselho de Administração contemplando princípios aplicados no cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados. O código é disponibilizado a todos os colaboradores e parceiros de negócios e é utilizado como declaração compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço eletrônico (www.csn.com.br).

A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas

A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela Gerência de Auditoria, subordinada à Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e reportadas ao Comitê de Auditoria.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A CSN tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 358/2002 e na seção 409 – Divulgação em Tempo Real, da Lei Sarbanes-Oxley. Referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

6- INOVAÇÃO

A Companhia tem mais de 60 anos de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tendo sido a 1ª siderúrgica nacional a produzir aços revestidos e pré-pintados.

A inovação é parte da nossa essência como empresa pioneira em soluções de processos, produtos e comerciais, sempre comprometida com a qualidade e a busca por novas iniciativas que entreguem maior valor agregado aos nossos clientes e *stakeholders*. A CSN busca uma atuação inovadora em todas as suas áreas de negócio e conta ainda com estruturas totalmente dedicadas à inovação, como a CSN Inova e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento.

Criada em 2018, a CSN Inova é o braço de inovação da CSN, que tem como objetivo posicionar a Companhia estrategicamente e ativamente no ecossistema de inovação. Embora existam iniciativas inovadoras disseminadas por toda a empresa, a CSN Inova é responsável por sistematizar e liderar o processo de inovação de forma organizada e ampla, a fim de possibilitar a execução de projetos de inovação por grupos de pessoas com diferentes habilidades e de diferentes áreas de atuação.

A essência da CSN - “Fazer bem, fazer mais e fazer para sempre” - direciona os pilares de inovação da CSN Inova: (i) Otimização de Processos e Eficiência Operacional, (ii) Novas Fontes de Receita e (iii) Cultura e Sustentabilidade. Além de sistematizar e liderar o processo de inovação aberta (contratação de startups, conexão com universidades, hubs de inovação e demais agentes do ecossistema) a CSN Inova - sempre em conjunto com as áreas de negócio – conduz projetos que introduzem novas metodologias para solucionar os desafios da empresa,

que auxiliam a Companhia na transformação digital, potencializam os ativos da CSN, geram oportunidades de desenvolvimento de novos negócios para a Companhia, dentre outros.

Em seu primeiro ciclo de atuação, a CSN Inova, em conjunto com equipes multidisciplinares de colaboradores, conduziu projetos relacionados à digitalização e otimização de processos. Tais projetos envolveram a identificação de desafios da Companhia e implementação de soluções apresentadas por startups nas seguintes áreas: Jurídico, RH e operacional da UPV. A partir dos bons resultados obtidos neste primeiro momento, a CSN Inova passou por um processo de expansão, aumentando o seu escopo de atuação e estendendo-o para outras áreas da empresa, com o intuito de conferir escala à sua metodologia e aos impactos positivos para a Companhia.

Por sua vez, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da CSN localizado em Volta Redonda, atua a Gerência Geral de Desenvolvimento de Produtos, que tem como principal missão o desenvolvimento de novos produtos para aumento da competitividade da empresa. Para tanto, a área visa o enobrecimento do Mix e a expansão do portfólio, visando ganho de *Market-Share* nos diversos segmentos de mercado, além de contribuir com a implantação de novas tecnologias no processo de produção.

A estrutura laboratorial do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento é composta por 15 laboratórios que realizam análises relacionadas às características físicas, químicas, mecânicas e metalográficas dos aços CSN e outras ligas, com equipamentos de ponta como microscopia ótica e eletrônica de varredura (MEV). A Companhia também dispõe de um laboratório de Meio Ambiente para monitoramento ambiental credenciado pelo órgão responsável – INEA.

O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento também contém laboratórios de simulação física e computacional, com equipamentos de última geração como a GLEEBLE 3500 que, dentre outros módulos, dispõe de "*Large Sample Annealing*" (primeiro da América Latina), o qual permite simulações de processos termomecânicos para otimização dos processos industriais. Ainda, o laboratório de simulação computacional da CSN conta com diversos softwares, como o de simulação de conformação e estampagem, que permite avaliar de forma antecipada o desempenho do produto CSN em suas diversas aplicações para seus clientes.

Destacam-se, no ano de 2019, alguns projetos do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.

Para o mercado automotivo e de auto peças estão sendo desenvolvidos produtos de alta resistência classes 420 e 500MPa para atender às necessidades de aplicação estrutural em veículos das principais montadoras do Brasil. Além disso, a CSN tem trabalhado no desenvolvimento dos aços avançados (AHSS – *Advanced High Strength Steels*), nas categorias *Dual Phase* (bi-fásicos), aços *Complex Phase* (CP) e do aço para estampagem à quente (*Press Hardening Steel -PHS*) ou "*Hot Forming*", o qual representa uma forte tendência de aumento de aplicação nas carrocerias de automóveis, por possibilitar a conformação de geometrias complexas e com requisito de elevada resistência mecânica na peça final. A família de aços polifásicos (AHSS) é a resposta da siderurgia mundial à demanda de materiais produzidos com os métodos de produção atuais, oferecendo produtos de alta resistência mecânica e boa conformabilidade, atendendo plenamente os requisitos fabris das montadoras, segurança veicular, redução de massa e de consumo de combustível e em consequência menor geração de gases poluentes, minimizando assim os impactos ambientais.

No segmento de aços planos laminados a quente o foco foi o atendimento às necessidades do mercado, mantendo a tradicional qualidade dos produtos da CSN, associada com a contínua busca de redução do custo do aço e a sustentabilidade. Tem-se como exemplos o desenvolvimento de família de aço de alta resistência mecânica para aplicação em estruturas para painéis fotovoltaicos e desenvolvimento de aço de alta resistência para redução de peso de rodas de caminhão. No segmento de aços planos laminados a frio, pode-se destacar o aumento da oferta de produtos extrafinos com características de superfície brilhante. Para o mercado de linha branca, destaca-se o esforço na redução de espessura de nossos aços, cada vez mais requerida pelos clientes deste setor. Vale ainda mencionar os projetos de desenvolvimento de aços de alta resistência para o segmento da construção civil.

Por fim, no segmento de aços pré-pintados, tem havido aumento na diversificação de aplicações, acompanhando as tendências de mercado no que se refere à estética e durabilidade. Com relação ao efeito estético, foram homologados no mercado novos produtos com tintas perolizadas e tintas com textura que vão de encontro à esta nova tendência. A utilização do aço pré-pintado tem permitido à CSN proporcionar uma otimização na cadeia de utilização do aço, reduzindo etapas de fabricação em seus clientes com consequente redução de impactos ambientais. O interesse cada vez maior dos clientes por esses produtos tem estimulado o desenvolvimento nos segmentos da construção civil, linha branca e automotivo.

Com um corpo técnico capacitado e o uso de tecnologias de Engenharia de Aplicação para apoio aos clientes, a CSN busca excelência em ensaios e simulações de novos materiais, permitindo aumentar a assertividade nas respostas às demandas dos diferentes setores em que atua: automotivo, linha branca, construção civil, embalagens metálicas e indústria e distribuição. Em todos eles, promovemos a utilização de aços inovadores e a inovação nos processos de fabricação, proporcionando aos clientes redução de custo e aumento de competitividade.

7- PESSOAS

O modelo de Gestão de Pessoas da CSN resulta da convicção de que o capital humano é seu diferencial competitivo e é a melhor garantia para se destacar no mercado em que atua. Transformamos conhecimento em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos.

A gestão integrada e eficiente de pessoas se fundamenta em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A CSN investe nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização.

Diante de um ano desafiador, reforçamos nossa Essência de Fazer bem, Fazer mais e Fazer para sempre, tornando-a a viva em todos os processos, programas e projetos de Gestão de Pessoas.

Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a cada ano são aprimorados os programas para a captação, desenvolvimento e retenção de talentos em diferentes níveis, e estes são alinhados às nossas diretrizes estratégicas. Nossas políticas de Recrutamento & Seleção buscam a garantia de não discriminação nos nossos processos seletivos, deixando claro que a empresa será intolerante com qualquer prática contrária aos nossos valores éticos.

Realizamos diversas ações visando a disseminação e o desenvolvimento da Essência CSN, tais como: **CSN Flix**, onde os colaboradores têm a oportunidade de assistir vídeos curtos e trocar experiências para fortalecer o entendimento das competências e sua prática nas nossas rotinas de trabalho; **Roda de Conversa** entre Líderes e Liderados, para maior alinhamento à cultura CSN; **Capacitação de Padrinhos e Orientadores de Estágio** para receber os novos colaboradores e estagiários, respectivamente; **Salto Corporativo**, abrindo espaço para discussões com nossas colaboradoras sobre o empoderamento da mulher no mundo dos negócios.

A organização mantém diversas estratégias para garantir a valorização e o incentivo ao desenvolvimento do seu público interno. Uma das iniciativas é o Programa de Avaliação de Performance – Sistema de Avaliação de Performance para todos os colaboradores do Grupo CSN. Os resultados obtidos orientam o Plano de Desenvolvimento Individual, permitem a identificação de potenciais sucessores para posições de liderança e suportam o processo de reconhecimento e recompensa.

Com base nestes resultados, realizamos anualmente o **Programa Carreira e Sucessão**, que tem como objetivo identificar, junto aos nossos gestores e executivos, colaboradores com potencial para a sucessão das posições de liderança do grupo CSN. Os profissionais mapeados têm seu desenvolvimento acelerado por meio de experiências práticas e reais de aprendizagem, tais como: Workshops de construção de conhecimento (Autoconhecimento; Liderando Pessoas; Comunicação e Influência; e Planejamento e Execução), Talk Show com Alta Liderança, Grupos de Aprendizagem e apresentação de Business Cases reais da CSN pelos nossos executivos.

Assim garantimos a perenidade da nossa empresa, com segurança na continuidade do nosso modelo de Liderança e Negócio, além do olhar cuidadoso para a carreira de nossos talentos.

Em 2019, investimos 33.9812,20 horas em treinamento, com o objetivo de gerar e compartilhar conhecimento, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para o alcance das metas corporativas e perpetuidade do negócio. O modelo 70/20/10 de aprendizagem foi o direcionador para traçar todas as ações de desenvolvimento da companhia, o que garante sua efetividade e eficácia.

Uma das nossas principais frentes de ação em Desenvolvimento acontece com os Estagiários. O programa é praticado em todas Unidades de Negócios e é focado na preparação dos jovens. Nesse ano ministramos os seguintes módulos: Autoconhecimento; Carreira; Relacionamento e Comunicação; Mercado: Eficiência, Eficácia e Criatividade.

Nosso modelo visa acelerar o aprendizado, formando talentos que tenham potencial para ocupar cargos efetivos no médio e longo prazo, em consonância com os interesses de carreira e desenvolvimento do estagiário e as

necessidades organizacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e profissionalização.

Ainda pensando na evolução de nosso negócio e dos nossos gestores, demos sequência à Escola de Líderes, que foi implementada em 2011, com os seguintes módulos:

- **Desafios da 1ª Gestão – aprofundamento e Delegação e Feedback** para Supervisores e Coordenadores;
- **Design Thinking na Gestão de Pessoas e Desenvolvendo equipes de alta performance para o futuro** para Gerentes;
- **Habilidades para o futuro e Negócios Exponenciais** para a Alta Gerência.

Ainda em 2019 realizamos um módulo especial com nossos Diretores sobre Pensamento Exponencial.

Vemos na formação e desenvolvimento contínuos dos nossos líderes uma importante oportunidade para impactarmos positivamente todos nossos colaboradores, construindo um ambiente colaborativo, focado no desenvolvimento das equipes e no atingimento de resultados excelentes.

O grande marco para 2019 foi alavancar o Programa de Trainee Interno, cujo objetivo é desenvolver e empoderar os estagiários do Grupo CSN para gerar impacto positivo na organização e potencializar a retenção de talentos. A seleção ocorreu com base no grupo de estagiários com formação em Dez/2018.

Os oito jovens selecionados passaram por um período de formação que incluiu visitas técnicas às unidades de produção do Grupo, job rotation pelas áreas corporativas, módulos de desenvolvimento internos e externos. Hoje o grupo está alocado em áreas estratégicas para a empresa, desenvolvendo projetos e aprendendo novas funções.

Firmamos parcerias com diversas instituições de ensino para cursos de extensão universitária e idiomas, que oferecem preços especiais aos nossos colaboradores, fomentando o desenvolvimento dos mesmos.

Mais uma vez reafirmamos que atuamos como donos, escolhendo as melhores estratégias para superar os obstáculos enfrentados em 2019. Mostramos que estamos juntos trabalhando pela sustentabilidade do negócio.

A CSN encerrou 2019 com 24.869 colaboradores diretos e 13.435 indiretos, indicando uma taxa de rotatividade de 13,42%, uma das mais baixas no setor industrial.

8 - RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Essas ações são executadas pela Fundação CSN e tem o compromisso de promover a transformação de comunidades por meio do desenvolvimento social, educacional e cultural.

A Fundação realiza projetos de execução direta nas principais cidades em que a CSN tem unidades de negócio e também dá suporte com a curadoria, seleção e acompanhamento técnico de projetos de entidades terceiras que recebem patrocínio do grupo através de leis de incentivo fiscal, ampliando assim sua atuação social.

Entre 2006 e 2019, o valor investido pela CSN em iniciativas sociais ultrapassa R\$ 237 milhões. Somente no último ano, foram aportados R\$30,7 milhões em 72 iniciativas nas áreas da cultura, educação, esporte, saúde, criança, adolescente e idoso, por meio de leis de incentivo fiscal, contemplando projetos de ação direta da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições parceiras em 28 cidades e 11 estados.

Com projetos de execução direta em educação, a Fundação CSN contribui para a democratização do acesso à educação, apoia a capacitação profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho. Oferece programas de bolsas de estudos nas duas escolas que administra: o **Centro de Educação Tecnológica**, em Congonhas (MG),

com 260 alunos bolsistas, 43% do total de alunos, e a **Escola Técnica Pandiá Calógeras**, em Volta Redonda (RJ), com 94 bolsistas, 31,6% dos matriculados. Do total de 894 alunos, 354 foram beneficiados com bolsas integrais e parciais para Ensino Fundamental, Médio e Cursos Técnicos.

O programa **Ganhar o Mundo** oferece bolsas de estudos de graduação no exterior para jovens mulheres. Dando continuidade à primeira edição, Julia Shimizu foi a segunda bolsista aprovada para graduação em Barnard, nos EUA, onde está cursando Ciências Sociais com bolsa de estudo integral da CSN. A jovem se juntou a Jéssica Oliveira, que é bolsista de Educação e Economia na universidade desde 2018. Outras cinco jovens do Ganhar o Mundo conquistaram bolsas integrais e parciais em universidades norte-americanas, totalizando sete alunas estudando no exterior.

Com o **Programa Jovem Aprendiz**, a Fundação CSN contribui para inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2019, atendeu 942 jovens aprendizes em 131 empresas parceiras. Com a abertura de dois novos polos, em São Paulo (SP) e Duque de Caxias (RJ), o programa totalizou oito unidades, estando presente também em Belo Horizonte, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Ouro Branco e Volta Redonda. Desenvolvido em parceria com a prefeitura de Contagem (MG), o **Capacitar para Crescer**, programa preparatório que antecede o Jovem Aprendiz, capacitou 385 jovens.

O **Capacitar Hotelaria e Serviços**, projeto social realizado no Hotel-escola Bela Vista, em Volta Redonda (RJ), qualifica profissionalmente, em diversas áreas da hotelaria, jovens de oito municípios do Sul Fluminense: Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Porto Real, Piraí, Quatis e Resende. Tem parceria com os CRAS das prefeituras e com o DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro, com a reserva de 25% das vagas. Em 2019, foram 120 jovens capacitados, totalizando 1.324 formados desde o início do projeto.

Na área de educação ambiental, a Fundação CSN executa o **Programa de Educação Ambiental - PEA** da CSN Mineração, oferecendo treinamentos, cursos, palestras, jogos e oficinas. Em 2019, foram 17.875 pessoas impactadas em seis municípios: Arcos, Pains, Congonhas, Belo Vale, Rio Acima e Ouro Preto, em Minas Gerais. Oito escolas públicas em Arcos e Pains contempladas pelo programa.

A Fundação CSN acredita na potência da cultura para a transformação da sociedade. Com projetos de execução direta, potencializa manifestações artísticas de diversos gêneros e linguagens e integra o calendário cultural dos municípios.

O **Projeto Garoto Cidadão** completou 20 anos e essa trajetória foi celebrada durante todo o ano. O projeto oferece oficinas socioculturais de música, dança, teatro, arte, comunicação e expressão e habilidades e competências para 2.330 crianças e adolescentes no contraturno escolar. Em 2019, ganhou uma nova unidade na comunidade de Heliópolis, em São Paulo, cidade sede da CSN. Atua também em outros cinco municípios em que a Companhia conta com unidades de negócio: Volta Redonda e Itaguaí (RJ), Araucária (PR), Congonhas e Arcos (MG). Os educandos realizaram 112 apresentações culturais para público de 113 mil pessoas.

O **Circula Brasil**, caminhão-palco do Garoto Cidadão, seguiu estrada a fora nas cidades em que atua o projeto e apoiando a realização de apresentações culturais de produtores locais. Em 2019, 13 cidades foram visitadas, com 117 apresentações, ocupações e formações realizadas para público de mais de 63 mil pessoas.

O **Centro Cultural Fundação CSN**, espaço com programação gratuita, voltado para a formação, difusão e fortalecimento de arte, educação e cultura, em Volta Redonda (RJ), recebeu mais de 51 mil visitantes em 2019. No total, foram realizadas 121 atividades culturais, além das 880 ocupações feitas por artistas, coletivos e grupos culturais locais apoiados a partir da oferta de espaços estruturados para realização das atividades.

A Fundação CSN entende a importância da articulação política na busca de uma relação harmoniosa entre poder público, empresários locais, instituições e CSN nas comunidades em que atua. Participa de conselhos e órgãos locais, capacita conselheiros tutelares, servidores e educadores, além de organizar e integrar eventos, ao lado de agentes locais.

Com o objetivo de fortalecer a economia de Volta Redonda (RJ) através da gastronomia e turismo, a Fundação CSN fomentou a criação do **Polo Gastronômico VR** ao lado de instituições locais. Em 2019, três eventos foram inclusos no calendário municipal, com público total de 47.682 pessoas.

O **Espaço Comunidade CSN** foi criado em Congonhas (MG) com o propósito de desenvolver o relacionamento da CSN Mineração com a comunidade, criar vínculos, estabelecer diálogos e identificar possíveis oportunidades. Em 2019, foram 2.231 pessoas atendidas. Essa estratégia estabelece um importante canal direto de informações para a população, acolhendo os moradores para a solução de dúvidas sobre mineração, novos empreendimentos e projeções da CSN.

Utilizando também o esporte como ferramenta de transformação social, a Companhia patrocina as categorias de base e projetos sociais de **futebol**, com acompanhamento pedagógico realizado pela Fundação CSN. Em 2019, foram atendidos 300 jovens das categorias de base dos times Osasco Audax (SP) e Volta Redonda Futebol Clube (RJ), e outros 420 participaram de formação nos projetos sociais da Associação Esporte e Vida (DF) e UNAS (SP), novo parceiro da Fundação CSN.

Com as ações de responsabilidade social, a CSN contribui para transformar vidas, famílias, cidades e, conseqüentemente, o País. Nos 23 municípios em que a Fundação tem atuação direta, em 2019, foram 356 alunos bolsistas, 4.117 jovens impactados por seus projetos e 350 ações culturais realizadas. No total, mais de 248 mil pessoas foram impactadas pelas iniciativas da instituição. Essas ações demonstram o compromisso social da Companhia com as comunidades em que está inserida. Ao lado de entidades parceiras seguimos mobilizados por um Brasil com mais inclusão social e oportunidades, fazendo bem, fazendo mais e fazendo para sempre.

9 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CSN mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A política Ambiental da Companhia têm como principais pilares a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais; a conformidade, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015 e certificado por organismo internacional independente e devidamente acreditado junto ao INMETRO, em grande parte das suas unidades.

A CSN também busca aumentar a eficiência do uso da água em seus processos produtivos, com destaque para o índice de reuso superior a 93% na Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda - RJ. Para alcançar esse índice, a empresa implantou em 2017 o sistema de recirculação e resfriamento de água da unidade do Carboquímico da UPV. Reduziu a captação de 3.000 m³/h de água do Rio Paraíba do Sul. O projeto, além de elevar o índice de recirculação de água, também eliminou a possibilidade de vazamento de óleo da Unidade do Carboquímico para o Rio Paraíba do Sul. Com a elaboração do Inventário de Águas em suas principais unidades, foi possível a criação de planos e medidas para melhoria da sua eficiência e redução dos potenciais impactos.

Na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, está previsto o investimento de mais de R\$ 300 milhões, até 2024. O investimento, com mais de 30 ações de melhorias, representa o compromisso da empresa com a sustentabilidade das suas atividades e com a comunidade.

Como medida de compensação ambiental do TAC, assinado pela Companhia com o Estado do Rio de Janeiro - por meio da Secretaria de Estado do Ambiente ("SEA"), o Instituto Estadual do Ambiente ("INEA") e a Comissão Estadual de Controle Ambiental ("CECA") em 2018, foi aprovado pelo INEA projeto desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, que prevê a implantação de diversas ações ambientais no Município de Volta Redonda - RJ, com valor acima de R\$3 milhões. O projeto, "Volta Redonda Verde" prevê as seguintes ações:

- ✓ Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre Vale dos Puris, que consiste na aquisição da Fazenda Santa Tereza para fins de regularização fundiária da unidade de conservação, elaboração de plano de manejo e a sinalização do entorno;
- ✓ Investimentos no Parque Natural Municipal Fazenda Santa Cecília do Ingá, com a revitalização do viveiro, produção de mudas e reforma do Centro de Visitantes do Parque;
- ✓ Programa de arborização urbana que englobará o plantio e a manutenção de mais de 4 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica na cidade.

Desde 2010, a Companhia vem realizando o inventário das emissões de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do GHG Protocol visando subsidiar sua gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas. A companhia recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o selo Ouro do GHG Protocol por ter reportado as emissões de todas as suas unidades e submetido à verificação externa. Atendendo também à solicitação de investidores, a Companhia relata anualmente ao Carbon Disclosure Project (CDP) as diretrizes seguidas com relação à mudança climática, cadeia de suprimentos e recursos hídricos.

As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades da CSN Mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade ou não das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se finalizado com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM.

A empresa, também, está na vanguarda do tratamento de rejeitos, tendo investido cerca de R\$ 400 milhões em suas barragens e operações, para mudança de empilhamento úmido para empilhamento a seco, tornando nossos processos independentes do uso da barragem de rejeitos, muito em breve.

A CSN sempre atua de maneira a minimizar os impactos de suas operações, além de investir em iniciativas de preservação e educação ambiental, atestando seu compromisso com a qualidade de vida das futuras gerações. A CSN possui uma frente social importante que é o Programa de Educação Ambiental (PEA), iniciativa da Companhia gerida pela Fundação CSN, com destaque para as unidades de Arcos (MG) e de Congonhas (MG), visando reafirmar seu compromisso com a transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e conhecimentos. O projeto de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, em locais de atuação e relacionados a suas atividades, utiliza a arte como instrumento de diálogo entre alunos da rede pública, professores e colaboradores da empresa.

Finalmente, a CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de *stakeholders* e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição de seus indicadores para todas as suas operações. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar sua exposição a riscos socioambientais e oportunidades futuras. O resultado deste trabalho pode ser encontrado nos Relatórios publicados no site <http://ri.csn.com.br/>.

10 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Projeções

A Companhia esclarece que as informações divulgadas neste item representam mera estimativa, dados hipotéticos e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia e/ou de seus administradores. As projeções abaixo apresentadas envolvem fatores de mercado alheios ao controle da Companhia e, dessa forma, podem sofrer alterações.

a) Objeto da projeção.

A CSN estima volume de produção de minério de ferro em 33 Mton em 2020, 31,2 Mton em 2021, 36,6 Mton em 2022 e 38,0 Mton em 2023.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

O período projetado de produção de minério compreende os anos de 2020 a 2023, sendo que os volumes anuais serão disponibilizados ao mercado nas DFPs a serem publicadas em cada um dos exercícios.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

Todas as premissas mencionadas abaixo estão sujeitas a fatores de influência externa, que estão fora do controle da administração da Companhia. Portanto, caso ocorra qualquer alteração relevante nessas premissas, a Companhia poderá revisar suas estimativas abaixo mencionadas, alterando-as em comparação às originalmente apresentadas.

Volume de Produção de Minério de Ferro

O volume de produção de minério considera nosso plano de lavra entre 2020 a 2023, com incremento da produção de “pellet feed”, em consonância com os projetos de investimentos anunciados no setor e amplamente divulgados por meio de Fato Relevante e Apresentação Corporativa ao mercado.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Receita Líquida	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	18.000	22.230	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	17.149	18.525	22.969	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	-	3%	3%	-	-	-	-	-	-
EBITDA ajustado	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	5.000	5.574	n.a.	7.500	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	4.075	4.645	5.849	n.a.	7.251	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	-	-7%	5%	n.a.	-3%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Alavancagem	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	5,00x	n.a.	3,50x	3,00x	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	6,32x	5,66x	4,55x	3,65x	3,74x	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação	n.a.	0,66x	n.a.	0,15x	0,74x	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Volume de Produção de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	n.a.	28.500	n.a.	33.000	33.000	31.200	36.600	38.000
Atingida	32.174	29.921	27.875	n.a.	32.090	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	n.a.	n.a.	-2%	n.a.	-3%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Volume de Vendas de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	38.545	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

*E = estimado

**n.a. = não avaliado

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas e quais delas estão sendo repetidas.

Estimativas mantidas:

A CSN estima volume de produção de minério de ferro em 33 Mton em 2020, 31,2 Mton em 2021, 36,6 Mton em 2022 e 38,0 Mton em 2023.

- b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

O EBITDA Ajustado 2019 ficou 3% abaixo do projetado de R\$7,5 bilhões, devido ao menor resultado da mineração pelo Platts ter ficado abaixo do nosso orçado, bem como o frete acima das projeções.

A CSN estimava alavancagem medida pela razão dívida líquida pelo EBITDA ajustado próxima a 3,5 vezes ao final de 2019, quando atingimos 3,74 vezes, ou seja, materialmente abaixo de nossas estimativas iniciais em virtude da variação cambial que influenciou fortemente nossa dívida em dólar, do CAPEX um pouco acima do esperado, bem como do resultado de mineração abaixo do esperado em virtude do aumento do frete e queda do Platts a partir do terceiro trimestre.

A produção de minério de ferro ficou 3% abaixo da projeção de 33Mton em virtude de chuvas na região sudeste em novembro e dezembro de 2019.

As vendas de minério de ferro ficaram 4% abaixo da projeção de 40Mton em virtude de menor produção de minério no quarto trimestre de 2019.

Receita Líquida	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	18.000	22.230	n.a.	n.a.
Atingida	17.149	18.525	22.969	n.a.	n.a.
Variação %	n.a.	3%	3%	n.a.	-
EBITDA ajustado	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	5.000	5.574	n.a.	7.500
Atingida	4.075	4.645	5.849	n.a.	7.251
Variação %	n.a.	-7%	5%	n.a.	-3%
Alavancagem	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	5,00x	n.a.	3,50x	3,00x
Atingida	6,32x	5,66x	4,55x	3,65x	3,74x
Variação %	n.a.	13%	n.a.	0,15x	0,74x
Volume de Produção de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	n.a.	28.500	n.a.	33.000
Atingida	32.174	29.921	27.875	n.a.	32.090
Variação %	n.a.	n.a.	-2%	n.a.	-3%
Volume de Vendas de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S19	2019
Estimada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40.000
Atingida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	38.545
Variação %	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4%

*E = estimado

**n.a. = não avaliado

- c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Estimativas em curso e válidas:

A CSN estima volume de produção de minério de ferro em 33 Mton em 2020, 31,2 Mton em 2021, 36,6 Mton em 2022 e 38,0 Mton em 2023. O aumento de produção esperado em 2020 se deve a ajustes no plano de lavra.

Acompanhamento e alterações de projeções divulgadas

O resultado do quarto trimestre de 2019 não traz nenhuma outra variação material para as projeções de resultado previamente apresentadas, que, por conseguinte, podem ser mantidas.

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria reuniu-se para revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Comitê de Auditoria recebeu os representantes da Grant Thornton Auditores Independentes, que reportaram sobre o processo de finalização da auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Após rever e discutir as demonstrações financeiras auditadas e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Comitê de Auditoria concluiu que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, podendo ser encaminhados ao Conselho de Administração, para posteriormente serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Antonio Bernardo Vieira Maia

Yoshiaki Nakano

Miguel Ethel Sobrinho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional, em cumprimento às disposições legais do art. 163 da Lei 6.404/76 e no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, se reuniram e examinaram (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2019; e (iii) a Destinação dos Resultados de 2019 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e pelos auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Tufi Daher Filho

Presidente

Patricia Valente Stierli

Conselheira

André Coji

Conselheiro

**Declaração dos Diretores Executivos sobre o Relatório dos Auditores
Independentes**

Na qualidade de Diretores Executivos da Companhia Siderúrgica Nacional, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Benjamin Steinbruch
Diretor-Presidente

Luis Fernando Barbosa Martinez
Diretor Executivo

David Moise Salama
Diretor Executivo

Pedro Gutemberg Quariguasi Netto
Diretor Executivo

Marcelo Cunha Ribeiro
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Declaração dos Diretores Executivos sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores Executivos da Companhia Siderúrgica Nacional, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Benjamin Steinbruch
Diretor-Presidente

Luis Fernando Barbosa Martinez
Diretor Executivo

David Moise Salama
Diretor Executivo

Pedro Gutemberg Quariguasi Netto
Diretor Executivo

Marcelo Cunha Ribeiro
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores